

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Comportamento Agressivo de Crianças do Sexo Masculino na  
Escola e sua Relação com Violência Doméstica.

Daniela Patricia Ado Maldonado

Orientador: Prof. Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

São Carlos, 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Comportamento Agressivo de Crianças do Sexo Masculino na  
Escola e sua Relação com Violência Doméstica.

Daniela Patricia Ado Maldonado\*

Orientador: Prof. Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Especial.

\* Bolsista CNPq.

São Carlos, 2003

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A239ca

Ado Maldonado, Daniela Patricia.

O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com violência doméstica / Daniela Patricia Ado Maldonado. -- São Carlos : UFSCar, 2003.

70 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2003.

1. Violência escolar. 2. Crianças – comportamento agressivo. 3. Ambiente de sala de aula. 4. Crianças – violência Doméstica. 5. Prevenção à violência. I. Título.

CDD: 371.58 (20<sup>a</sup>)

## Agradecimentos

Agradeço minha família Adorável.

Aos Colegas e Amigos que pela força e companhia, sem eles não estaria aqui.

A Professora e Orientadora Lúcia C. A. Williams pela valiosa colaboração, pelo cuidado e carinho com que me encaminhou pelos caminhos desta área de trabalho.

A Avelino e Elza da secretários do PPGEEs pelas super colaborações.

As professoras que participaram deste trabalho, e aos participantes da pesquisa, pela sua disposição, que tornou possível a realização deste estudo.

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

E a Pedroso pelas doçuras compartilhadas.

## SUMARIO

Introdução .....	01
Objetivo .....	15
Método .....	16
Procedimento .....	18
Resultados e Discussão .....	21
Conclusões .....	60
Referências.....	65
Anexos.....	71

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Caracterização das famílias participantes do Grupo A.....	23
Tabela 2: Caracterização das famílias participantes do Grupo B.....	26
Tabela 3: Resultados dos Testes estatísticos de comparação entre os grupos A e B, a respeito das variáveis de caracterização de ambos os grupos.....	29
Tabela 4: Caracterização das crianças participantes dos grupos A e B.....	31
Tabela 5: Incidentes de violência familiar dos Grupos A e B, segundo o relato das mães nas entrevistas.....	34
Tabela 6: Tipos de conseqüências aplicadas pelos pais aos comportamentos inadequados de seus filhos, segundo o relato das mães do Grupo A.....	36
Tabela 7: Tipos de conseqüências aplicadas pelos pais aos comportamentos inadequados de seus filhos, segundo o relato das mães do Grupo B.....	38
Tabela 8: Medidas descritivas das variáveis de entrevista referentes a classes de conseqüência e seus resultados de testes estatísticos.....	40
Tabela 9: Problemas de Saúde dos pais dos grupos A e B.....	43
Tabela 10: Resultados dos testes estatísticos realizados nas sub-escalas violência psicológica e negociação (CTS-2) dos grupos A e B.....	49
Tabela 11: Pontuação de itens assinalados por níveis de intensidade em cada sub-escala .....	52

## Índice de Figuras

Figura 1: Porcentagem de respostas avaliativas segundo as mães sobre o relacionamento conjugal, para ambos os grupos. ....	45
Figura 2: Porcentagem media de pontos atribuídos pelas mães de ambos os grupos aos pais e a si mesmas, nas sub-escalas do CTS-2.....	47
Figura 3: Porcentagem de itens relativos à sub-escala negociação assinalados pelas mães do grupo A e B, no CTS2. ....	48
Figura 4: Pontuação total dos níveis de intensidade de violência nos grupos A e B, relatada pelas mães no CTS2.....	55

## RESUMO

O comportamento agressivo é um dos comportamentos que traz mais problemas ao convívio social, implicando numa transgressão dos direitos do outro. O presente estudo teve como meta estudar o comportamento agressivo de crianças do sexo masculino, na escola e sua relação com a violência doméstica. Para isso avaliou-se, 28 crianças do sexo masculino de baixo poder aquisitivo, sendo que 14 crianças apresentavam comportamentos agressivos na escola (Grupo A), comparando-as a 14 crianças do mesmo sexo e renda que não apresentavam tais comportamentos (Grupo B). Os dados foram coletados inicialmente pelas professoras das crianças em três escolas de Ensino Básico da cidade de São Carlos utilizando a “Escala de Percepção por Professores dos Comportamentos Agressivos de Crianças na Escola”. Em seguida, foram coletados dados com as respectivas mães das crianças, em visitas domiciliares, utilizando-se o “Roteiro de Entrevista Familiar” e “Escala de Táticas de Conflito Revisada – CTS-2”. Foram encontrados resultados similares nos grupos sobre as conseqüências aplicadas pelos pais aos comportamentos inadequados das crianças. Os pais de ambos os grupos apresentaram problemas de saúde e abuso de álcool, sendo que no grupo A estes problemas eram mais expressivos. Os dados obtidos com a Escala de Táticas de Conflito (CTS-2) mostraram a presença de violência, em aparente contradição às avaliações positivas das mães sobre o relacionamento do casal. Os resultados gerais apontam para a ocorrência de violência em ambos os grupos, porém, com maior incidência e maior severidade no grupo de crianças agressivas. As considerações finais sinalizam a necessidade de futuros estudos para expandir a compreensão do comportamento agressivo e sua relação com a violência doméstica.

## ABSTRACT

Aggressive behavior is one of behaviors that cause more problems to social interaction, implicating in a transgression of human rights. The present study aimed at studying aggressive behaviors of male children in school and its elation to domestic violence. For such purpose, 28 male children of low economic status, were evaluated, 14 of them showed aggression in schools (Group A) and were compared to 14 children of same sex and income who did not present aggression (Group B). Data were initially gathered by children's teachers in three elementary schools of the city of São Carlos, using the "Teachers Perception of Children's Aggressive Behaviors in School Scale". Afterwards, data were also taken with the children's mothers, in their respective homes, using the "Family Interview" and "Conflict Tactics Scale – Revised". Parental consequences to children's inadequate behaviors were similar to both groups. Both parents presented health and alcohol abuse problems, but such problems were more expressive in group A. Data obtained with the Conflict Tactics Scale indicated presence of violence, in apparent contradiction to the positive evaluations about couple's relationship by mothers. General results point to the occurrence of violence in both groups, nevertheless aggressive children's group had more incidents and more severity of violence level. Final considerations signalize the need for future research in order to expand the knowledge of aggressive behavior and its relationship to domestic violence.

## INTRODUÇÃO

A violência é um problema social grave que atinge toda a população e precisa ser estudada de diferentes maneiras. A importância do tema não pode ser solapada pela cotidianidade. Em seu trabalho sobre o efeito da exposição à violência em crianças pequenas Osofsky (1995), assinala que a violência nos Estados Unidos pode ser considerada uma “epidemia de saúde pública”.

Segundo o verbete do dicionário, a violência pode ser definida como: “1. Qualidade de violento. 2. Ato violento. 3. Ato de violentar. 4. Constrangimento físico ou moral; uso da força, coação” (Ferreira, 1986, p. 1779). Existem várias definições de violência, mas, como comenta Koller (1999), todo ato de violência tem em comum o fato de serem “ações e, ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos” (p. 33). Tal autora assinala que existem três papéis no ato da violência, que podem ser confundidos, mesclados ou não: o papel de vítima, o de autor e o de testemunha.

Azevedo e Guerra (1995) a definem a violência contra a criança como:

"todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que — sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima — implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção de adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos de direitos e pessoas em condição de desenvolvimento." (p. 36)

A violência contra a criança, muitas vezes, acontece dentro do próprio lar. Há diferentes formas de violência doméstica ou intrafamiliar que são agrupadas e definidas como: física, sexual, psicológica e negligência. Pires (1999) define os vários tipos:

A violência física está, geralmente, associada a formas de punição ou disciplina, podendo-se encontrar marcas da agressão. A violência ou o abuso sexual, pode ser definido como “qualquer interação que tenha contato ou envolvimento da criança em atividades sexuais que ela não compreende, não consente, violando-se as regras e leis da sociedade” (p.66). A violência psicológica (também conhecida como abuso emocional), encontra-se presente em todas as formas de violência, mas também pode aparecer isoladamente em algumas formas como corrupção, rejeição, degradação, exploração, isolamento, terrorismo e indisponibilidade emocional. Finalmente, a negligência seria um tipo de violência, que ocorre como uma falha dos pais ou responsáveis na assistência e no provimento de necessidades básicas da criança e do adolescente, tais como saúde, alimentação, respeito, afeto e educação (Pires, 1999).

A violência no lar se expressa de diferentes formas. A criança como parte integrante da família pode estar exposta à agressão direta - quando ela é o alvo da agressão - ou indireta - quando presencia cenas de violência entre os pais (Brancahorne, 2003; McCloskey, Figueredo, & Koos, 1995). Ambas as formas de agressão são prejudiciais para a criança.

Na literatura sobre violência doméstica, alguns estudos utilizam o termo agressão. Tal termo tem várias definições, engloba diversos comportamentos e, por esta razão, dá margem a discussões. Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), a agressão se encontra associada a vários transtornos, no entanto, encontra-se, mais especificamente, inserida no quadro de transtornos de conduta, que é caracterizado por um padrão persistente de comportamento que viola os

direitos básicos dos outros e as normas ou regras sociais importantes apropriadas à idade (*American Psychiatric Association*, 1994). No presente estudo os termos “agressão” e “violência” serão utilizados como sinônimos.

Segundo Parke e Sawin (1977), a agressividade não é um comportamento, senão uma convenção, um rótulo definido culturalmente ou pelo julgamento social dos padrões de comportamento. Assim, os autores colocam que “a escolha da definição deve depender mais do aspecto da agressão a ser estudado; do organismo a ser examinado; do contexto em que os comportamentos são observados; e da precisão com que queremos estudar seus processos” (p. 10).

Nesta direção, Parke e Sawin (1977) apresentam estudos de abordagens biológicas e fisiológicas que demonstram que a experiência é capaz de modificar o comportamento agressivo e descrevem as respostas fisiológicas que o acompanham. Desta forma, os autores indicam que os aspectos biológicos e fisiológicos formam a capacidade de agressão nos sujeitos, mas o fato desta capacidade se manifestar como um comportamento agressivo é explicado também e, necessariamente, tanto pelas experiências de aprendizagem social passadas, quanto pela estimulação ambiental e indicações contextuais. No contexto dessas idéias insere-se a Teoria Social da Aprendizagem desenvolvida por Bandura.

A característica fundamental da Teoria Social da Aprendizagem (Bandura, 1977) é a modelação de papéis, a identificação e as interações humanas, definindo, assim, que o comportamento surge como o resultado da relação entre os fatores ambientais e os cognitivos. Bandura (1973) afirma que novos padrões de agressão são aprendidos de exemplos dados por modelos agressivos. Ainda, conforme define o autor, a agressão é analisada como um evento complexo, incluindo comportamentos que produzem prejuízos e efeitos destrutivos, bem como processos sociais de rotulação. Assim para

uma completa explicação da agressão, deve-se considerar os comportamentos prejudiciais e os julgamentos sociais que definem quais atos prejudiciais são ou não qualificados como agressivos.

Sidman (1995) estabelece indiretamente uma analogia com a agressão em seu estudo sobre coerção. Para ele, coerção significa a utilização do controle aversivo do comportamento, seja por punição, seja por reforçamento negativo. Este controle não só pode adquirir a forma de punição direta e de ameaça (quando se ameaça punir para conseguir que os outros ajam como se gostaria), como também pode adquirir a forma de recompensa, no sentido de aliviar o outro de nossas punições ou ameaças. O autor explica que existem mecanismos de coerção familiar e que muitas crianças aprendem estes comportamentos que posteriormente, como pais, reproduzirão por não conhecerem outras maneiras de se comportar. Enfim, ele considera que uma das tarefas a ser adotada consiste em propor princípios norteadores que proporcionem modelos e soluções não coercitivas.

A família tem um papel primordial no desenvolvimento da criança. É na família que a criança realiza as aprendizagens básicas necessárias para seu desenvolvimento autônomo dentro da sociedade, tais como a aprendizagem da linguagem, do sistema de valores, do controle da impulsividade. Nos anos escolares pode-se notar a influência da família em diferentes dimensões, tais como na agressividade, no desempenho escolar, na motivação, e na socialização (Cubero & Moreno 1995).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) dispõe no Art. 22 que “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores...”; além disto, o Art.4 frisa que cabe aos pais, "assegurar a efetivação dos direitos referentes ao lazer, cultura, dignidade, respeito e convivência familiar e comunitária". Deve-se salientar que

os cuidados dos pais e a educação que estes dão a seus filhos têm um papel fundamental no desenvolvimento da criança.

Autores como Jaffe, Wolfe, e Wilson (1990) afirmam que a família tem uma importante influência na aquisição de modelos agressivos pelas crianças. Pais que utilizam a punição estão mostrando a seus filhos que essa é a forma de proceder frente ao mundo. Eles estão dizendo que a violência é uma forma apropriada de resolução de conflitos e de relacionamento entre os homens. Do mesmo modo, Bee (1984) assinala que muitos psicólogos alegam que os problemas de comportamento das crianças, têm origem no relacionamento com as pessoas significativas de sua vida, como são os seus pais. A autora enfatiza, ainda, que é na observação e no reforçamento direto que a criança aprende padrões agressivos.

A violência acarreta sérias seqüelas como, por exemplo: depressão, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno dissociativo, distúrbios de comportamento (Caminha, 1999; Corrêa & Williams, 2000). Desta maneira, segundo Caminha (1999), cabe perguntar: Quais são os motivos? Quais são os modos pelos quais a violência aparece? Por que os traumas surgem?

Caminha (1999), em seu trabalho sobre a violência e seus danos, afirma que algumas teorias explicam como crianças expostas a ambientes estressantes são afetadas em sua capacidade de discriminação e como formam padrões deturpados da realidade. Entretanto, o autor afirma que *os padrões* que tais crianças formam não são deturpados em si, mas sim uma reprodução legítima de seu ambiente. A discriminação é uma das funções afetadas daqueles que foram expostos à violência intrafamiliar, reduzindo seu repertório afetivo-cognitivo-comportamental e perdendo, assim, flexibilidade. Este autor exemplifica, ainda, como os sujeitos tendem a perder a flexibilidade, isto é, diante de determinado estímulo, a resposta tende a ser a mesma, seguindo o mesmo padrão.

Como indicado por Osofsky (1995), as crianças que são expostas à violência e vivem em um meio ambiente violento geralmente mostram sinais de Transtornos de Estresse Pós Traumático e este, no caso infantil, apresenta sintomas diferentes do adulto. O próprio DSM-IV (*American Psychiatric Association*, 1994), indica alguns exemplos que podem colaborar para a identificação dos sinais da patologia, já que a mesma se expressa de forma diferente nas crianças, apresentando-se de acordo com a idade e período do desenvolvimento no qual se encontram. Sendo assim, as crianças podem encenar o evento traumático, no lugar de revivenciá-lo como acontece com o adulto, ou podem apresentá-lo em uma brincadeira repetitiva no lugar de *flashbacks*. Desta forma, a idade da criança pode estar dificultando a identificação clara da patologia.

Já Moore e Pepler (1998), em seu trabalho sobre correlatos da adaptação em crianças de risco, apresentaram estudos demonstrando que existe uma ligação entre crianças com problemas de adaptação e eventos de estresse crônico na família.

A literatura contempla a investigação da relação entre as diferentes formas de agressão familiar como especifica o trabalho de McCloskey, Figueiredo, e Koos, (1995), sendo que a maioria dos estudos sobre violência conjugal ocupa-se do efeito da agressão direta à mulher, limitando-se ao conflito familiar, sem aprofundar nas diferentes formas que uma criança possa estar exposta à violência (direta ou indiretamente).

Há um grande número de crianças que testemunha a violência doméstica, experimentando agressão indireta, situação em que ela presencia a agressão recíproca ou unilateral dos pais, sem ser alvo principal da mesma (Graham-Berman, 1998; McCloskey, et al. 1995), e no entanto, esta exposição indireta à agressão tem sido pouco estudada. McCloskey, et al. (1995), assinalam, também, que uma das importantes razões

pelas quais filhos de mães agredidas apresentam um quadro de distúrbio se deve ao fato de que tenham presenciado uma cena de violência doméstica contra a própria mãe, sendo isto uma experiência traumática.

Algumas dificuldades que podem decorrer do fato de se presenciar violência doméstica são ilustradas no estudo comparativo de famílias violentas e não violentas e estresse maternal, que indica uma significativa prevalência de problemas comportamentais e reduzida competência social em crianças expostas a violência familiar, segundo suas mães (Wolfe, Jaffe, Wilson, & Zak, 1985). Este estudo foi realizado com uma amostra de 198 crianças, sendo que suas mães foram submetidas a uma série de instrumentos de pesquisa a respeito de seus filhos (*Achenbach Child Behavior Checklist*), a respeito do relacionamento do casal e da existência de violência no mesmo (*Conflict Tactics Scale*), e instrumentos sobre estresse maternal (*Life Experiences Survey* e *General Health Questionnaire*). Os resultados obtidos nesta pesquisa dão embasamento à posição definida por Bandura (1973) e por tantos outros pesquisadores, como, por exemplo, Cummings (1998) no trabalho em que discute diretrizes conceituais e teóricas sobre crianças expostas ao conflito conjugal e violência. Esta autora ressalta que as crianças podem aprender modelos cognitivos e comportamentais a partir de modelos ou cópias de eventos diários, incluindo-se a observação de seus pais em situações interparentais.

Graham-Bermann (1998), em seu trabalho a respeito do impacto da agressão à mulher no desenvolvimento social da criança diz que muitos psicólogos afirmam que a criança que testemunha a agressão de sua mãe é vítima de agressão psicológica. A autora explica que, a maioria dos trabalhos e pesquisas de saúde mental concluem que a mera exposição à violência doméstica é, em si mesma, uma forma de maltrato a criança. Além disto, ela afirma, juntamente a outros pesquisadores, que em lares com violência

conjugal, presume-se que as crianças tenham um risco mais alto de serem psicológica ou sexualmente abusadas (Graham-Bermann, 1998; McCloskey, Figueiredo, & Koos, 1995).

Existem múltiplos fatores de risco associados à violência intrafamiliar, no entanto, alguns aparecem com maior frequência nos casos estudados. Em relação a pais que agredem fisicamente seus filhos, a variável mais frequentemente encontrada é a história de abuso na infância, conhecido como fenômeno da multigeracionalidade, no qual crianças expostas à violência doméstica de modo repetitivo, tornam-se adultos que submetem seus filhos às mesmas experiências pelas quais passaram (Caminha, 1999; Pires, 1999; Santos, 2001; Salomon, 2002; Williams, 2002). Em sua revisão sobre registros clínicos e pesquisas na área de violência intrafamiliar, como nas suas revisões bibliográficas, Pires (1999) e Caminha (1999) concordam com os dados da literatura internacional, afirmando, também, que quando estes adultos se relacionam com crianças, tendem a ter atitudes negligentes e abusadoras. Desta forma, pode-se afirmar, como diz o senso comum, que “a violência gera violência”.

Graham-Bermann (1998), acrescenta que diferentes estudos mostram que modelos de comportamento aprendidos na primeira infância em interações com os outros são automaticamente usados em novas situações. Por meio dessa aprendizagem, a criança adiciona táticas de agressão, podendo aprender a manipular, persuadir, coagir e mostrar, desde o início, comportamentos anti-sociais. Além disso, ela pode exibir tais comportamentos em interações sociais com seus pares, fora do lar. Nessa direção, a mesma autora cita que, em estudos com crianças em idade escolar, aquelas expostas à violência doméstica têm, significativamente, mais problemas com agressão, ansiedade e depressão. Patterson, Reid e Dishion (1992) acrescentam, ainda, que modelos de

coerção são efeitos ou conseqüências das contingências de reforçamento dadas pelo lar e generalizadas, por exemplo, para a escola.

Wildin, Williamson, e Wilson (1991), apresentam dados sobre crianças que estavam com suas mães em Casas-Abrigo em decorrência da agressão sofrida. Tais mães relataram a alta freqüência de problemas de comportamento nos filhos com idade escolar, incluindo agressão, comportamentos anti-sociais, medo, sensibilidade, hiperatividade e idéias ou tentativas suicidas.

A literatura nacional a respeito de crianças expostas à violência conjugal está apenas iniciando. Cabe ressaltar o trabalho de Corrêa e Williams (2000) sobre o impacto da violência conjugal na saúde mental das crianças, que confirma os dados da literatura estrangeira, indicando que foram encontrados altos índices de depressão, agressividade, isolamento e baixa auto-estima em tais crianças. No trabalho de Brancalhone (2003) que avaliou o desempenho acadêmico de crianças expostas à violência conjugal, encontraram-se diferenças nas avaliações, feitas pelos professores, entre as crianças que foram expostas e aquelas que não foram expostas a violência conjugal. No trabalho de D’Affonseca e Williams (no prelo) sobre intervenção psicoterapêutica com crianças vítimas de violência física intrafamiliar, foram encontrados resultados que mostraram a presença de comportamento agressivo nas crianças, dentre os indicadores da ocorrência de abuso físico.

Desta forma, é possível dizer que, dentre alguns dos sintomas que podem ser encontrados em decorrência de se presenciar a violência conjugal, encontram-se sintomas associados a distúrbios de conduta. As crianças em idade escolar podem reproduzir comportamentos que fazem parte de seu cotidiano, tendo a violência doméstica como um dos modelos de relacionamento presentes em seu dia a dia. Pode-se, portanto, formular a hipótese de que crianças escolares agressivas apresentam tal

quadro em decorrência do modelo mantido em seu lar. Assim sendo, tais comportamentos agressivos poderiam prejudicar as interações da criança com as outras crianças e com adultos, causando danos em seu desenvolvimento, bem como em sua educação e socialização.

É palpável a presença do comportamento agressivo em crianças encontrado nas informações difundidas pelo Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância – CRAMI (2000), encontrando-se tal comportamento como um dos freqüentes indicadores do comportamento da vítima, frente à ocorrência de abuso nas suas diversas modalidades (físico, sexual, psicológico).

Trabalhos como o de Holden e Ritchie (1991), sobre a conexão entre extrema discórdia, educação de crianças e comportamentos-problema em filhos de mulheres agredidas, assinalaram que devido à existência de elevados casos de esposas agredidas e ao padrão relativamente alto de problemas de comportamento gerado em suas crianças, são necessários mais estudos a esse respeito.

Manion e Wilson (1995), apresentam evidências de estudos que sugerem que os maus tratos em crianças estão associados a comportamentos delinqüentes em adolescentes. Os resultados do trabalho dos autores salientam que experiências de maus tratos podem colocar os adolescentes em alto perigo de se engajarem em comportamentos de risco. A ocorrência de uma história infantil de maus tratos está relacionada a severos *déficits* de ajustamento nos adolescentes, sendo estes mais prováveis de apresentar maior internalização e externalização de comportamentos problema, tais como ansiedade, depressão, agressão e delinqüência. Já Patterson, et al. (1992) em seu trabalho sobre jovens anti-sociais, salienta que modelos coercitivos traçam histórias de desenvolvimento que caracterizam jovens delinqüentes e adultos anti-sociais. Outro trabalho importante é o de Webster-Stratton (1997), destacando que

diversos estudos têm demonstrado uma alta continuidade entre crianças que apresentam transtorno desafiador opositivo e externalização de problemas nos primeiros anos pré-escolares e adolescentes que apresentam desordem de conduta.

Cabe destacar que vários estudos chamam a atenção para algumas diferenças comportamentais apresentadas pelas crianças segundo o gênero. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) destaca que foram encontrados maiores escores de problemas de comportamento em meninos do que em meninas, da mesma forma que diferenças sobre os tipos específicos de comportamento. Outros autores também discutem estas diferenças (Wagner & Biaggio, 1996; Wolfe, et al., 1985). Graham-Bermann (1998) assinala diferenças em relação à identificação de papéis familiares segundo o gênero. E, tanto Holden, Geffner e Jouriles (1998) como Fantuzzo e Lindquist (1989), discutem um maior índice de internalização de comportamentos problema em meninas do que em meninos expostos a violência conjugal.

O artigo publicado por Meneghel, Giugliani e Falceto (1998) deu origem às inquietações que deram impulso a realização da presente pesquisa. Os autores estudaram a relação entre violência doméstica e agressividade na adolescência, mais especificamente, entre alunos de duas escolas (pública e privada), da cidade de Porto Alegre. Foram entrevistadas 76 famílias de dois grupos de adolescentes considerados, pelos professores, como sendo adolescentes agressivos e não agressivos. A entrevista utilizada, baseava-se em um roteiro semi-estruturado que foi aplicado nos adolescentes selecionados, e em seus respectivos pais. Os resultados indicaram que em ambas as escolas existiam famílias com episódios graves e frequentes de punição em proporção semelhante. A relação entre agressividade na adolescência e punição física grave foi estatisticamente significativa. Os adolescentes considerados agressivos na escola eram mais punidos do que os adolescentes não agressivos na mesma. Tal estudo pode estar

sinalizando que existe uma associação entre agressividade e punição física. Assim, como ressaltam os autores “ficou explícita a figura do adolescente agressivo e maltratado, violento e machucado” (Meneghel, et al., p.332).

O comportamento agressivo é um dos problemas associados à exposição das crianças à violência doméstica, fazendo parte dos sintomas de distúrbios emocionais e dos problemas de comportamento causados por este tipo de violência. Em decorrência, é importante investigar mais detalhadamente qual é a relação entre o comportamento agressivo apresentado por crianças e a violência doméstica a que elas são submetidas.

O estudo da relação de um dos comportamentos aprendidos pelas crianças (comportamento agressivo) e a violência doméstica tem o intuito de contribuir para o entendimento e a compreensão do fenômeno da violência, trazendo, assim, mais informações para os profissionais, para as instituições interventoras e para a bibliografia acadêmica sobre o assunto. Ainda nessa direção, uma vez que a literatura indica que a maioria dos adultos agressores sofreu algum tipo de agressão na infância (Caminha, 1999; Pires, 1999; Santos 2001), este estudo consistiria em uma tentativa de proporcionar informações e, conseqüentemente, sugestões de intervenção que visariam proporcionar a quebra do círculo de reprodução da violência.

Cabe mencionar que o comportamento agressivo apresentado pelas crianças pode ser considerado como “um pedido de ajuda”. Nesse sentido, este estudo se justificaria fundamentalmente pelo propósito de decifrá-lo como um sinalizador da existência de problemas com crianças que se encontram em situação de risco, e assim, contribuir com dados e conhecimentos que facilitem a elaboração de estratégias, a proposição de instrumentos, de métodos e de projetos de intervenção precoce no âmbito escolar.

Uma contribuição importante que o presente estudo poderá oferecer consiste em descobrir se o comportamento agressivo das crianças pode ser considerado um indicador da ocorrência de violência conjugal. Nesse sentido, ele poderá ser útil para a orientação de pesquisadores, professores e outros profissionais na identificação de possíveis situações de risco a que estão expostas as crianças.

O comportamento agressivo encontrava-se presente no estudo de Marturano, Linhares e Parreira (1993) sobre os problemas relativos a modos de enfrentamento mais freqüentes nas crianças, extraídos das queixas relatadas pelas mães das mesmas. Em tal estudo investigou-se os problemas emocionais e comportamentais associados a dificuldades na aprendizagem escolar. Desta forma, o comportamento agressivo em crianças é um problema muito presente na escola e que, muitas vezes, os professores não sabem enfrentar. A criança agressiva na escola faz parte de uma população com necessidades especiais, sendo preciso informações que subsidiem as intervenções necessárias.

Crianças com comportamentos agressivos podem estar apresentando, segundo o DSM-IV (*American Psychiatric Association, 1994*), transtorno de conduta, transtornos de estresse pós-traumático, transtornos de déficit de atenção/hiperatividade, entre outros problemas. Por essa razão, pode-se argumentar que tais crianças têm necessidades especiais, fazendo parte de uma população com necessidades educacionais especiais.

Craig (1992) coloca que o professor pode causar impacto favorável no perfil cognitivo da criança que convive com a violência. Tal profissão se baseia em entender como o conhecimento é construído e interpretado no dia a dia. Em seu trabalho, o autor exemplifica que crianças nessa situação podem precisar de um suporte adicional para completar as tarefas da escola, tendo, assim, necessidades especiais no sentido de serem auxiliadas pelos professores. O professor tem, portanto, a possibilidade de gerar

alternativas no sentido de encorajar e desenvolver a capacidade do estudante. Sabe-se que a criança passa grande parte do tempo na escola e o professor tem um papel fundamental no desenvolvimento contínuo desta. Por isso é importante que a escola tenha informações sobre os indicadores da ocorrência de violência doméstica, já que o professor é um dos profissionais que poderá auxiliar a criança em situação de risco.

Os diferentes tipos de violência doméstica (tanto direta como indireta) afetam significativamente a criança, sendo capaz de causar danos a seu desenvolvimento, a sua educação e a sua socialização. O interesse do presente estudo está inserido na prevenção secundária. Tal tipo de prevenção se propõe à identificação da violência doméstica (tanto de agressores como vítimas) tendo como objetivo a identificação precoce de crianças em situação de risco, proporcionando dados, conhecimento e diretrizes que sirvam para a futura implementação de programas de intervenção precoce.

Como a literatura aponta a questão da agressividade como um problema mais freqüente em crianças do sexo masculino do que feminino (*American Psychiatric Association*, 1994) o presente estudo restringe a seleção de participantes a tal sexo, como uma forma de controle das variáveis envolvidas.

Sendo assim a presente pesquisa tem como meta estudar a possível relação existente entre o comportamento agressivo em crianças escolares do sexo masculino e a violência doméstica. Espera-se contribuir para o aumento da compreensão e entendimento do comportamento agressivo em crianças, suas origens, a sua função, e quais os fatores que exercem influência sobre seu desenvolvimento. Sabe-se que as conseqüências do comportamento agressivo podem ser graves, razão pela qual é importante a compreensão de tal comportamento.

## OBJETIVO

O presente estudo, propõe-se avaliar se as crianças do sexo masculino que apresentam comportamentos agressivos na escola, quando comparadas a crianças do mesmo sexo que não apresentam tais comportamentos, têm histórico de maior incidência de exposição à violência doméstica.

## MÉTODO

### **Participantes**

Participaram deste estudo 28 crianças do sexo masculino e suas respectivas mães. As crianças cursavam a primeira e segunda séries do Ensino Fundamental de Escolas Municipais e Estaduais da cidade de São Carlos, de dois bairros identificados, segundo o estudo realizado por Basso (1998) na Delegacia de Defesa da Mulher, como lugares com alto índice de denúncias de ocorrência de violência. Os critérios para participação foram os seguintes: que as crianças participantes fossem do sexo masculino e que a composição familiar fosse constituída de figura materna e paterna no lar, sendo que a união do casal deveria existir há pelo menos um ano.

As crianças participantes foram divididas em dois grupos segundo seu comportamento na escola: o grupo das crianças que apresentaram comportamentos agressivos (grupo A) e aquelas crianças que não apresentaram comportamentos agressivos (grupo B), sendo que cada grupo tinha quatorze meninos.

### Local, equipamento e materiais

A coleta de dados sobre os comportamentos agressivos das crianças ocorreu em três escolas: duas escolas da Rede Municipal de Ensino Básico da cidade de São Carlos, (uma situada na Zona Sul e outra EMEB situada na Zona Norte) e, adicionalmente, uma escola Estadual, também, situada na zona norte da cidade de São Carlos.

A coleta de dados com as respectivas mães das crianças, foi conduzida no lar das mesmas.

### Instrumentos de Medidas

Para a coleta de dados foram utilizados três instrumentos:

a) Em um primeiro momento utilizou-se a Escala de Percepção por Professores dos Comportamentos Agressivos de Crianças na Escola (Lisboa & Koller, 2001). A escala consta de 41 itens que avaliam o comportamento da criança, medindo sua agressividade na escola. Cada item é composto por uma afirmação, sendo que a resposta deve ser dada pelo professor em uma escala de 5 pontos - onde 1 corresponde à resposta discordo totalmente, e 5 corresponde à resposta concordo totalmente (Vide Anexo 1 para um exemplar desta Escala).

b) Entrevista para Levantamento de Dados sobre as Famílias (roteiro adaptado de Williams, 1998), que era respondido pela mãe da criança. Trata-se de uma entrevista semi-estruturada, com duração de aproximadamente 40 minutos, contendo itens como, por exemplo, descrição da família quanto ao número de integrantes, ao nível sócio-econômico, à saúde, ao tipo de violência, sua freqüência e o tipo de exposição que a criança vivencia.(Anexo 2)

c) Escala de Táticas de Conflito Revisada (*Revised Conflict Tactics Scale* – CTS-2, Straus, 1996), versão traduzida<sup>1</sup> por Cortez e Williams, (2002), respondida pela mãe da criança logo após a Entrevista para Levantamento de Dados sobre a Família. Tal escala consta de 78 itens (ver Anexo 3), sendo composta por afirmações que são utilizadas

---

<sup>1</sup> Existe no Brasil uma tradução publicada da Escala de Táticas de Conflito (CTS-2): Moraes, C.L., Haselman, M. H., e Reichenhein, M.E. (2002). Adaptação Transcultural para o Português do Instrumento Revised Conflict Tactics Scale (CTS-2), utilizada para identificar violência entre casais. Cadernos de Saúde Pública, IMS/UERJ. 18 (1) 163-176. Devido a mesma ser uma adaptação do instrumento original, não cumpriu os requisitos necessários para este estudo; o autor foi consultado e autorizou a tradução aqui empregada.

para identificar a violência entre casais, e confirmar a existência ou não da violência conjugal nas famílias das crianças. Os escores resultantes da escala, representam a frequência de classes e níveis de comportamentos apresentados pelo casal. Esta escala é amplamente utilizada na literatura estrangeira, sendo que uma versão resumida foi usada no Brasil pelo IBGE (IBGE, 1999).

## Procedimento

### Dados coletados na escola.

O primeiro contato com a direção das escolas foi feito pela apresentação pessoal de uma carta de solicitação para ingressar na escola e realizar a pesquisa. A carta continha informações a respeito do estudo, do objetivo, informações sobre o orientador responsável, sobre a pesquisadora e um telefone para contato (Ver Anexo 4).

Em seguida, foi realizado contato com as professoras da primeira e segunda série das três escolas, sendo feita a apresentação por parte da pesquisadora dos objetivos do estudo e a solicitação de Consentimento Livre e Esclarecido para a participação na pesquisa (Anexo 4).

Para a realização da pesquisa foram tomados os devidos cuidados éticos (ver Anexo 5), sendo esclarecido, dentre outras coisas, que a participação era voluntária, que era garantido o sigilo da identidade dos participantes e das informações fornecidas por eles, como também era assegurada a liberdade de interrupção da participação a qualquer momento.

A professora recebeu inicialmente uma breve instrução sobre como preencher a escala. Posteriormente, foi entregue o instrumento “Escala de Percepção”, solicitando à

professora que tal escala fosse preenchida para todas as crianças do sexo masculino da sua sala (de 11 a 20 crianças aproximadamente). Foi combinado um prazo, de uma a duas semanas aproximadamente, segundo a conveniência das professoras, após o qual a pesquisadora retornaria para a devolução da escala.

Com base nos dados fornecidos por cada professora, a pesquisadora analisou os resultados da “Escala de Percepção, por Professores, dos Comportamentos Agressivos de Crianças na Escola” de cada professora, identificando as crianças de cada sala que apresentaram maior índice de comportamentos agressivos. Para a análise da pontuação da escala (Lisboa & Koller, 2001), a pesquisadora utilizou o seguinte procedimento: foram computados os pontos negativos (referentes a comportamentos agressivos), sendo diminuídos os pontos positivos (referentes a comportamentos cooperativos ou assertivos) da escala. Em seguida, foi obtida uma média de cada sala (somando-se a pontuação obtida por cada criança e dividindo-se pelo número de alunos da classe), sendo calculado, o desvio padrão. Os alunos que se encontravam acima de um desvio padrão da média foram consideradas pertencentes ao grupo A (grupo de crianças com comportamentos agressivos), e aquelas que se encontravam um desvio padrão abaixo da média foram consideradas pertencentes ao grupo B (crianças que não apresentavam comportamentos agressivos).

As crianças do grupo B foram emparelhadas com as do grupo A, tomando-se em conta o número delas, a faixa etária e o fato de pertencerem à mesma sala de aula. Este procedimento foi realizado em 17 salas de aula em três diferentes escolas, resultando em um total de 42 crianças do grupo A e seus pares do grupo B. Tendo compilado a lista de alunos integrantes de ambos os grupos, a administração da escola cedeu os endereços das crianças para que as respectivas mães fossem contatadas.

Após a finalização da etapa de coleta de dados, a pesquisadora ministrou uma palestra interativa de orientação sobre prevenção à violência, para o corpo docente das escolas participantes do estudo (por exemplo foram tratados temas como: os diferentes tipos de violência, como identificar, como proceder, a quem notificar, suas implicações). Esta palestra não fez parte do objetivo do projeto.

#### Dados coletados com as mães

Para a coleta de dados a respeito da família, o membro escolhido para ser entrevistado foi a mãe da criança. A escolha foi determinada pelo fato de elas se encontrarem em horários acessíveis em casa com maior frequência do que os pais.

Inicialmente foi feito um contato domiciliar com cada uma das mães das crianças de ambos os grupos. As mães eram, nesta ocasião, convidadas a participar da pesquisa, dando seu Consentimento Livre e Esclarecido por escrito (Anexo 6).

De posse do consentimento, era realizada a Entrevista para Levantamento de Dados sobre a Família com as respectivas mães de ambos os grupos. Em seguida a pesquisadora, também, aplicava nas mães a Escala de Táticas de Conflito Revisada (*Revised Conflict Tactics Scale - CTS2*), na qual as mães responderam questões relativas ao comportamento delas e do parceiro. Terminada a coleta de dados, caso fosse necessário, a pesquisadora realizava orientações e encaminhamentos para serviços especializados, respondendo a dúvidas eventuais das mães. A visita domiciliar tinha uma duração aproximada de 60 minutos. Finalmente, como forma de agradecimento pela participação era entregue um brinde às mães (caixa de sabonetes artesanais).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Triagem dos participantes

Foram analisadas as respostas da *Escala de Percepção por Professores dos Comportamentos Agressivos de Crianças na Escola*, dadas por um total de 17 professoras de primeira e segunda série, pertencentes às três escolas selecionadas na pesquisa. Em média, as professoras responderam à escala referente a aproximadamente 18 crianças por sala. No total as professora responderam escalas de 338 crianças. Em um primeiro momento da triagem, nas quatro primeiras salas de aula, foram analisadas escalas referentes tanto às meninas como aos meninos. Em seguida, optou-se por descartar as participantes do sexo feminino, uma vez que eram menos freqüentes e a literatura aponta variações de gênero quanto à exposição à violência doméstica. Assim sendo, o estudo foi redirecionado para as crianças do sexo masculino, maximizando o controle de variáveis.

À análise final das escalas resultou em um grupo de 43 crianças do grupo A (11,08.% do total) que apresentavam comportamentos agressivos, sendo identificado os respectivos pares do grupo B que não apresentavam comportamentos agressivos. Foram realizadas visitas a 68 domicílios, sendo que alguns deles foram visitados mais de uma vez.

Nas visitas surgiram características específicas de cada caso que impediram a participação de alguns sujeitos na pesquisa. No que se refere ao grupo A, dentre as características que impediram a participação, encontravam-se: 6 mães separadas; 2 mães solteiras; 1 criança morava com a avó e uma outra morava com a avó e o pai; 1 casal coabitava a menos de um ano; 2 mães se recusaram a participar do estudo; 3 famílias

mudaram de endereço; 1 família mudou de cidade; 3 endereços não coincidiram; em 2 endereços não havia pessoas na casa; 3 endereços não foram encontrados; 2 mães não se encontravam em casa nos horários das visitas e 2 mães encontravam-se viajando. O grupo A foi tomado como referência para a realização da maioria das visitas das crianças do grupo controle. Quando os sujeitos do grupo A selecionados na triagem não preenchiam os critérios para participação na pesquisa, automaticamente as visitas domiciliares dos respectivos pares do grupo B não eram realizadas.

Nas visitas domiciliares, foram realizadas 40 entrevistas das quais 28 preencheram os critérios para participação na pesquisa. Sendo assim, o número final de crianças que participou do estudo foi reduzido em consequência dos critérios para participação e de questões específicas de cada caso.

### Caracterização dos participantes

Vinte e oito crianças e suas respectivas mães participaram do estudo, sendo 14 do Grupo A e 14 do Grupo B.

A seguir serão apresentados os dados que caracterizam cada uma das famílias dos grupos. Os dados foram obtidos utilizando-se a *Entrevista para Levantamento de Dados sobre as Famílias*. Como forma de padronização dos dados, o marido, parceiro ou companheiro da mãe pelo período de tempo estabelecido nos critérios de participação (união do casal a pelo menos um ano) será considerado pai na apresentação dos dados.

Os dados apresentados na Tabela 1 a seguir, resumem as características das famílias dos participantes do grupo A, tal como relatadas pelas mães nas entrevistas.

Tabela 1

*Caracterização das famílias participantes do Grupo A*

	Estado civil da mãe	Tempo de relacionamento em anos.	Número de filhos	Idade da mãe	Idade do Pai	Anos de escolaridade da mãe	Anos de escolaridade do pai.	Profissão da mãe	Profissão do pai	Renda per capita	Nº de moradores por cômodo	Religião
1	União estável	17	3	37	36	7	6	Vendedora autônoma	Decorador autônomo	1,5	0,71	Católica
2	Casada	10	2	34	27	10	8	Do lar	Vendedor	0,87	1,33	Católica
3	Casada	18	3	48	45	5	4	Do lar	Aposentado (Operário)	1,25	0,85	Evangélica
4	União estável	8	6	29	31*	3	2	Estudante (4ª série)	Pedreiro	0,09	1,25	Católica
5	União estável	8	3	31	33*	7	8	Do lar	Autônomo	0,28	2,0	Católica
6	Casada	16	2	38	54	-	4	Do lar	Cortador de cana	0,20	1,0	Católica
7	Casada	17	5	38	38	1	5	Lavadeira	Pedreiro e carpinteiro	0,07	1,4	Evangélica
8	União estável	2	5	26	44*	7	1	Estudante (8ª série)	Mecânico e vigia	0,71	3,5	Católica
9	União estável/se separando	8	5	37	57*	8	4	Apanhadora de Laranja	Afastado (Pedreiro)	0,16	2,25	Católica
10	Casada	14	2	41	38	8	8	Desempregada	Operário	0,81	0,66	Católica
11	União estável	5	2	26	37*	5	4	Do lar	Serviços Gerais	0,75	1,0	Católica
12	Casada	13	2	38	37	11	11	Secretária/Atendente	Vendedor autônomo	1,5	0,8	Católica
13	Casada/se separando	13	3	33	33	3	7	Do lar	Ambulante e Traficante	0,5	0,57	Evangélica
14	Casada	19	4	34	42	11	2	Serviços Gerais	Operário	0,66	1,2	Católica
Médias		12	3,36	35	39,43	6,14	5,29			0,67	1,32	

Nota. A renda *per capita* das famílias foi calculada em relação ao salário mínimo. A renda familiar declarada pela mãe foi transformada em salário mínimo e dividida pelo número de moradores da casa. Anos de escolaridade diz respeito ao número de anos de estudo completados. O asterisco (\*) no item idade do pai indica que o pai da família não é o pai biológico da criança participante do estudo.

Pode-se constatar, na Tabela 1, que o estado civil das mães variou da seguinte forma: sete mães eram casadas (50%), cinco se encontravam em regime de união estável (35,7%) e, por último, duas mães estavam se separando (14,3%), sendo uma casada e outra em regime de união estável. O tempo de relacionamento dos casais do grupo A foi, em média, 12 anos, sendo que 57% tinham mais do que 10 anos de relacionamento. O tempo mínimo de relacionamento apresentado pelos casais do grupo foi igual a 2 anos (A8<sup>2</sup>) e o máximo foi igual a 19 anos (A14).

No grupo A, o número de filhos por família variou de 2 (A 2, 6, 10, 11 e 12) a 6 (A4), apresentando uma média de 3,36 filhos por família. Das famílias do grupo, 64,3% tinham 2 ou 3 filhos e 35,7% tinham entre 4 a 6 filhos. A idade do casal foi, em média, maior para os homens (39,43 anos) e menor para as mulheres, com uma média de 35 anos. As mães, em sua maioria (64,3%), encontravam-se na faixa etária de 30 a 40 anos; da mesma forma que a maioria dos pais (57,1%). No grupo A, 5 pais não eram os pais biológicos da criança. Em relação aos anos de escolaridade do casal, a média foi menor para os pais, com 5,29 anos, e maior para as mães, com 6,14 anos. Destes casais, 71,4% dos pais e 64,3% das mães não completaram o ensino fundamental, e uma delas não possuía anos de escolarização (A6).

Considerando a profissão das mães pode se ver que seis delas se auto denominaram do lar (42,9%), duas mães eram estudantes (14,3%) e uma se identificou como sendo desempregada (A10). As seguintes cinco mães (35,7%) declararam realizar trabalho remunerado: uma trabalhadora rural (apanhadora de laranja, A9), uma vendedora (A1), uma lavadeira (A7), uma secretária/atendente (A12) e uma prestadora de serviços gerais (A14). Os pais, em sua maioria, realizavam trabalhos remunerados (85,7%), apresentando, na sua totalidade, várias categorias de ocupação: dois operários

---

<sup>2</sup> A letra "A" ou "B" diz respeito ao Grupo e o número indica a família Participante, ex. A8 significa Participante 8 do Grupo A.

(A10 e 14), dois vendedores (A2 e 12), um pedreiro (A4), um autônomo (A5), um prestador de serviços gerais (A11) e um decorador autônomo (A1). A Tabela 1, também, indica a existência de três pais com mais de uma profissão, sendo que um dos pais praticava atividades ilícitas (A13). Por fim, um pai encontrava-se aposentado (A3) e outro afastado (A9).

O grupo A obteve uma renda *per capita* média igual a 0,67 salário mínimo. No que diz respeito ao número de moradores por cômodo, a média foi igual a 1,32. A Tabela demonstra, também, que 50% das famílias apresentavam mais de um morador por cômodo. Quanto aos dados sobre religião, observa-se que onze famílias se declararam católicas (78,6%) e três se consideraram evangélicas (A3, A7 e A13).

Sumarizando-se os dados das famílias do grupo A, verificou-se que estas eram constituídas, em sua maioria, por pais legalmente casados, que tinham em média 3,36 filhos e que os casais apresentavam um tempo médio de relacionamento estável. A média de escolaridade do casal encontrada foi baixa, sendo que a maioria não completou o ensino fundamental. As atividades remuneradas do casal caracterizam-se por ser, em sua maioria, de tipo manual, obtendo, em média, uma renda *per capita* insuficiente para a satisfação das necessidades básicas da família. Com respeito à habitação, foi observada a existência de famílias em condições precárias, com uma média de mais de um morador por cômodo. Finalmente, a religião mais presente entre as famílias foi a Católica.

Observa-se na Tabela 2 a seguir, os dados referentes às características familiares, segundo o auto-relato das mães do grupo B na *Entrevistas de Levantamento de Dados sobre as Famílias*.

Tabela 2

*Caracterização das famílias participantes do Grupo B*

	Estado civil da mãe	Tempo de relacionamento em anos	Número de filhos	Idade da mãe	Idade do pai	Anos de escolaridade da mãe	Anos de escolaridade do pai.	Profissão da mãe	Profissão do pai	Renda per capita	Nº de moradores por cômodo	Religião
1	Casada	8	2	34	33	11	8	Técnica em enfermagem	Ajudante em madeireira	1,25	0,8	Evangélica
2	Casada	10	3	28	31	11	8	Do lar	Metalúrgico	0,96	1,0	Evangélico
3	União estável	5	2	27	25*	5	2	Do lar	Pedreiro	1,62	0,8	Católica
4	Casada	20	6	39	41	8	-	Do lar	Afastado (Pedreiro)	0,31	2,66	Evangélica
5	Casada	15	3	30	37	5	5	Doméstica	Metalúrgico	0,7	1,0	Evangélica
6	Casada	19	3	41	36	4	1	Do lar	Afastado (Tratorista)	0,0	1,66	Católica
7	Casada	10	1	25	34	5	2	Do lar	Serviços Gerais	0,45	1,5	Católica
8	Casada	15	2	54	42	6	4	Do lar	Aposentado	0,25	1,0	Evangélica
9	Casada	9	4	29	34	2	2	Do lar	Serviços Gerais	0,25	1,5	Católica
10	Casada	30	3	45	47	4	6	Do lar	Pedreiro	0,35	1,25	Católica
11	Casada	7	3	27	35*	11	8	Doméstica	Operário	1,4	1,0	Católica
12	Casada	24	3	49	49	4	4	Do lar	Aposentado (Metalúrgico)	1,0	0,83	Católica e Evangélica
13	Casada	10	4	29	29	10	5	Vendedora	Mecânico	0,83	1,2	Evangélica
14	Casada	10	2	31	32	5	5	Do lar	Serviços Gerais	1,0	1,0	Católica
<u>Médias</u>		13,71	2,93	34,86	36,07	6,5	4,29			0,74	1,23	

Nota. A renda *per capita* das famílias foi calculada em relação ao salário mínimo. A renda familiar declarada pela mãe foi transformada em salário mínimo e dividida pelo número de moradores da casa. Anos de escolaridade diz respeito ao número de anos de estudo completados. O asterisco (\*) no item idade do pai indica que o pai da família não é o pai biológico da criança participante do estudo.

Na Tabela 2, a coluna referente ao estado civil indica que a maioria das mães do grupo B encontrava-se casada (treze mães ou 92,9%), e uma mãe encontrava-se em regime de união estável (B3). Tal como no grupo A, a maioria das mães era casada, mas em contraste com o grupo A (que apresentava 8 mães casadas), no grupo B apenas uma mãe não era casada. O tempo médio de relacionamento dos casais do grupo B foi igual a 13,71 anos de relacionamento. O casal mais velho do grupo tinha 30 anos de relacionamento (B10), enquanto o mais novo tinha 5 anos (B3). Dos casais do grupo B, 57,1% tinham um relacionamento de até dez anos.

O número de filhos das famílias do grupo B foi em média de 2,93. O grupo B caracterizou-se por ter, em sua maioria, famílias compostas com 1 a 3 filhos (78,6%) e famílias compostas com 4 e 6 filhos (21,4%). Os dados sobre a idade do casal mostraram que no grupo B, as mães tiveram uma média de 34,86 anos e os pais uma média de 36,07 anos. A maioria das mães do grupo B (42,9%) encontrava-se na faixa etária de 25 a 30 anos de idade. Já os pais, em sua maioria (57,1%), encontravam-se na faixa de 30 a 40 anos. No grupo B, 2 pais de família não eram pais biológicos das crianças participantes da pesquisa, dado que discrepa com o grupo A, já que no mesmo, 5 pais de família não eram pais biológicos das crianças. Com respeito aos anos de escolaridade do casal, a média foi de 6,5 para as mães, sendo que 64,3% delas não completaram o ensino fundamental. Para os pais, a média foi de 4,29 anos de escolaridade; 78,6% deles não completaram o ensino fundamental e um dos pais não possuía sequer um ano de escolarização (B4).

A coluna referente à profissão das mães demonstra que dez mães do grupo B se auto declararam como sendo do lar (71,4%) e as quatro mães restantes (28,6%) indicaram realizar os seguintes trabalhos remunerados: 2 domésticas (B5 e 11), 1 vendedora (B13) e 1 técnica em enfermagem (B1). Estes dados diferem do grupo

anterior, uma vez que, no grupo B, houve um número maior de mães que era do lar e, conseqüentemente, um número menor de mães que realizava trabalho remunerado. A profissão dos pais estava dividida entre 28,6% que não realizavam trabalho remunerado (2 aposentados, B8, 12; e 2 afastados, B4, 6) e 71,4% que realizavam trabalho remunerado. A maioria do trabalho era considerado trabalho manual: 3 pais em serviços gerais (B7, 9 e 14), 2 metalúrgicos (B2 e 5), 2 pedreiros (B3 e 10), 1 operário (B11), 1 ajudante em madeira (B1) e 1 mecânico (B13). Neste grupo, o número de pais que realizavam trabalho remunerado foi menor do que no grupo A.

A média da renda *per capita* das famílias do grupo B, calculada da mesma maneira que a do grupo A, foi de 0,74 salário mínimo, ressaltando que uma das famílias declarou não ter renda (B6). Outro aspecto que caracterizou as famílias participantes foi o número de moradores por cômodo que em média foi de 1,23, no grupo B. Das famílias deste grupo, 42,9% tinham mais de um morador por cômodo.

Com respeito à religião do grupo B, sete famílias consideraram-se católicas (B3, B6, B7, B9, B10, B11 e B14), seis consideraram-se evangélicas (B1, B2, B4, B5, B8 e B13) e, finalmente, uma declarou pertencer à Igreja Católica e Evangélica (B12). Portanto neste grupo, 50% das famílias se autodenominam pertencentes à Igreja Católica e 42,8% à Igreja Evangélica, sendo que no grupo A 78,6% se autodenominam pertencentes à Igreja Católica e somente 21,4% à Igreja Evangélica. Os resultados encontrados quanto as práticas religiosas não deixam de ser interessantes, dando lugar a novas interrogações, como também sugerindo novos estudos que considerem a influencia da religião nas práticas parentais.

Foram feitas comparações entre os grupos A e B para as variáveis número de filhos, idade da mãe e do pai, escolaridade da mãe e do pai, tempo de relacionamento, número de moradores por cômodo e renda da família. Para isto, utilizou-se o Teste de

Mann-Whitney (Teste de Hipóteses não Paramétricos), sendo que o nível de significância foi fixado em 5%. A Tabela 3 a seguir apresenta os resultados de tais testes.

Tabela 3.

Resultados dos Testes estatísticos de comparação entre os grupos A e B, a respeito das variáveis de caracterização de ambos os grupos.

Variáveis	Conclusão	p-valor
Número de filhos	Iguais	0.5333
Idade da Mãe	Iguais	0.6955
Idade do Pai	Iguais	0.2498
Anos de Escolaridade da Mãe	Iguais	0.9261
Anos de Escolaridade do Pai	Iguais	0.4701
Tempo de Relacionamento	Iguais	0.6778
Morador por Cômodo	Iguais	0.8348
Renda <i>per capita</i>	Iguais	0.5812

Nota.  $p < 0,05$ .

Verifica-se na Tabela 3 pelos p-valores que os grupos A e B não são diferentes quanto as variáveis número de filhos, idade da mãe e do pai, escolaridade da mãe e do pai, tempo de relacionamento, número de moradores por cômodo e renda. Tais resultados não chegam a ser surpreendentes, uma vez que se escolheu crianças da mesma classe e, portanto, com alta probabilidade de serem iguais quanto as variáveis renda e escolaridade dos pais.

Em ambos os grupos, a maioria dos casais não completou o ensino fundamental, realizando atividades remuneradas de tipo manual e se autodenominava pertencentes a Igreja Católica. Tanto as famílias do grupo A como as do grupo B caracterizam-se por ser, em sua maioria, famílias de baixo poder aquisitivo vivendo em condições precárias de habitação. Cabe destacar que o fato de a maioria dos pais não ter completado o ensino fundamental os coloca em uma posição de dificuldade de inserção no mercado

formal de trabalho, como assinala Albano (2002) no relatório de atividades da cidade de São Carlos.

As leis municipais de auxílio a população carente da cidade de São Carlos assinalam, como indicador de situação de pobreza, uma renda mensal *per capita* menor a meio salário mínimo (Prefeitura Municipal, 2001). Segundo este indicador, 42,9% das famílias do grupo A e 50% das famílias do grupo B encontravam-se em situação de pobreza.

Entretanto, adotando-se como referência o indicador da ONU/UNDP (1997) – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que caracteriza a inserção na linha da pobreza as pessoas cujo rendimento diário não atinja menos de US\$ 2,00 por dia por pessoa, para países de América Latina, a maioria das famílias do grupo A e B (78,6%) encontrava-se nesta situação.

A pobreza é considerada um fator de risco para o abuso e a negligência infantil. Segundo Barnett (1997) as mudanças nas condições econômicas têm resultado em uma alta incidência de abuso. Desta forma, o aumento da pobreza pode levar a um aumento dos maus tratos. Cabe esclarecer que o abuso e/ou negligência infantil não é específico a níveis sócio-econômicos, mas a instabilidade em que vive a população de baixa renda poderia ser considerada um fator de risco para as crianças que vivem nesta situação. Barnett (1997) assinala ainda, que a pobreza constitui um estressor generalizado associado à ocorrência de abuso e negligência infantil. Desta forma, tanto as famílias do grupo A quanto as do grupo B estariam em risco de ocorrência de maus tratos.

A Tabela 4 a seguir, sintetiza a caracterização das crianças participantes da pesquisa de ambos os grupos, incluindo a pontuação obtida na *Escala de Percepção por Professores dos Comportamentos Agressivos de Crianças na Escola*.

Tabela 4

Caracterização das crianças participantes dos grupos A e B.

Sujeitos	Idade (anos)	Série	Pontuação obtida na Escala de Comportamentos Agressivos	Avaliação das mães sobre o desempenho acadêmico da criança na escola.
<b>Grupo A</b>				
1	7	1	167	Mais ou menos, bem. Não se interessa muito.
2	8	2	121	Está indo bem. Agora está muito bem.
3	7	1	143	Bem. Sabe fazer letra de mão.
4	10	2	161	Bem.
5	9	2	88	Não estão tendo reclamação, estão lendo bem e escrevendo bem.
6	8	2	151	Mais ou menos
7	9	2	115	Bem, mas falta de vez em quando.
8	8	2	132	Péssimo
9	9	2	105	Bem.
10	8	2	150	Bem.
11	8	1	145	Mais ou menos.
12	7	1	104	Bem.
13	7	1	91	Está regredindo. Não está fazendo lição. É agressivo.
14	9	2	124	Regular.
Média	8,14		128,35	
<b>Grupo B</b>				
1	7	1	41	Muito bem.
2	8	2	44	Super bem.
3	7	1	61	Bem.
4	8	2	41	Bem.
5	9	2	41	Bem.
6	8	2	41	Bem.
7	10	2	41	Bem, muito bem, adora a professora.
8	11	2	41	Melhorzinho.
9	9	2	41	Bem.
10	9	2	46	Ótimo.
11	8	1	61	Super bem.
12	7	1	49	Bem.
13	8	1	41	Bem.
14	9	2	72	Bem.
Média	8,42		47,21	

Observa-se na Tabela 4 que a idade média das crianças do grupo A foi de 8,1 anos e a do grupo B foi de 8,4 anos. Em ambos os grupos, 5 crianças estavam na primeira série (35,7%) e 9 crianças estavam na segunda série (64,3%).

A pontuação média obtida pelo grupo A na *Escala de Percepção por Professores dos Comportamentos Agressivos de Crianças na Escola* foi de 128,35 e a pontuação média obtida pelo grupo B foi de 47,21. Considerando-se que na escala utilizada, a pontuação máxima consiste em 205 pontos, sendo a pontuação mínima igual

a 41, pode-se constatar que o grupo A foi composto por crianças que apresentavam comportamentos agressivos na escola, em contraposição ao grupo B que apresentava uma pontuação próxima à mínima, quanto a comportamentos agressivos na escola. Ambos os grupos encontram-se em posições antagônicas com respeito aos comportamentos agressivos.

Utilizou-se o Teste Não Paramétrico de Mann-Whitney para comparar os dois grupos em termos de idade dos meninos e sua pontuação na escala de comportamentos agressivos (nível de significância fixado em 5%). Verificou-se que as idades foram consideradas iguais e as pontuações diferentes para os dois grupos, sendo tais resultados esperados.

Na última coluna da tabela, encontram-se os relatos das mães sobre o desempenho acadêmico da criança na escola. Para uma melhor compreensão dos dados, os relatos das mães foram classificados em 3 tipos de avaliação: negativa (ex. “Péssimo”, “Está regredindo”), média (“Mais ou menos”, “Regular”) e positiva (“Bem”, “Muito bem”, “Super bem”). Nos relatos feitos pelas mães do grupo A encontram-se duas avaliações negativas (14,3%), cinco avaliações médias (35,7%) e sete avaliações positivas (50%), ou seja, metade do grupo atribuiu uma avaliação positiva, sendo uma delas “Muito boa” (A2). Nos relatos fornecidos pelas mães do grupo B, ocorreu uma avaliação média (7,1%), oito avaliações “Boas” e cinco “Muito boas”, resultando em um total de treze avaliações positivas (92,9%). Nota-se aqui uma diferença entre os grupos: no grupo A ocorreram avaliações negativas a respeito do desempenho acadêmico de algumas crianças, dado que não ocorreu no grupo B, sendo que o último apresentou um maior número de avaliações positivas. Portanto, os dados apresentados mostram que pode existir uma relação entre a apresentação de comportamento agressivo

pelas crianças na escola e as avaliações negativas realizadas pelas mães das mesmas sobre a aprendizagem acadêmica delas.

#### Dados relativos à violência na família

A seguir serão apresentados os dados referentes à ocorrência de violência, à saúde e relacionamento do casal, bem como do tipo de consequência parental dada as crianças.

Os dados apresentados na Tabela 5 ilustram a ocorrência de incidentes de violência familiar, segundo o relato das mães de ambos os grupos, obtidos durante as entrevistas.

Os dados na primeira coluna dizem respeito à ocorrência de violência em casa. No grupo A, quatro mães relataram a ocorrência de incidentes de violência em casa (28,6%), em contraposição ao grupo B, que não relatou incidentes desse tipo de violência.

Em contraste, episódios de violência contra a criança surgiram em ambos os grupos: em 6 famílias do grupo A (42,9%) e em 2 famílias do grupo B (14,3%) houve relatos de episódios de violência contra a criança. Pode-se observar a existência, no grupo A, de um número expressivo (42,9%) de crianças que, segundo as mães, sofreram violência direta por parte de algum familiar.

Tabela 5.

Incidentes de violência familiar dos Grupos A e B, segundo o relato das mães nas entrevistas.

	Episódios de Violência em casa		Episódios de violência contra a criança				Antecedentes Familiares de violência	
	Grupo A	Grupo B	Grupo A	Tipo de violência	Grupo B	Tipo de violência	Grupo A	Grupo B
1					Sim (Pai e Mãe)	Direta		Sim
2	Sim							
3			Sim (Pai)	Direta				
4								
5							Sim	
6	Sim		Sim (Pai)	Direta e Indireta			Não sabe	
7								
8	Sim		Sim (Mãe)	Direta				
9			Sim (Pai*)	Direta			Sim	
10								Sim
11								
12			Sim (Pai)	Direta				
13	Sim		Sim (Pai)	Direta e Indireta			Sim	
14					Sim (Mãe)	Direta		

Nota. “sim”, corresponde à ocorrência de episódios de violência, “não sabe”, corresponde a não ter conhecimento sobre as antecedentes familiares de violência. O asterisco (\*) indica que o pai da família não é o pai biológico da criança participante do estudo. Entende-se por violência direta aquela em que a criança é alvo da agressão (ex. sofrer violência física) e entende-se por violência indireta aquela em que a criança não é alvo da agressão, mas presencia cenas de violência entre os pais (ex. pai agredindo fisicamente a mãe).

A Tabela 5 identifica entre parênteses a pessoa (ou as pessoas) que, segundo o relato da mãe, praticaram a violência contra a criança. A maioria dos episódios de violência ocorridos no grupo A foi praticada pelo pai da criança (5 em 6 casos), dentre estes, um pai (A9) não era o pai biológico da criança. Esta característica não apareceu no grupo B. Cabe destacar que a maioria das mães que relatou ter ocorrido incidentes de violência contra a criança, não considerou tais incidentes como sendo integrantes dos episódios de violência em casa descritos na primeira coluna. Assim sendo, algumas famílias possivelmente consideraram estes incidentes de violência contra a criança como parte das práticas disciplinares dos pais, e não como um tipo de agressão à mesma.

Na última coluna da tabela são apresentados os dados sobre antecedentes familiares de violência. Segundo o relato das mães, verifica-se a existência de tais antecedentes em três famílias do grupo A (21,4%) sendo que uma mãe (A6), afirmou não saber sobre os antecedentes familiares de violência. Duas mães das famílias do grupo B (14,3%) relataram ter antecedentes de violência familiar (B1 e 10).

Para comparar os dois grupos em relação às famílias que apresentaram incidentes de violência familiar foi aplicado o Teste Qui-quadrado (ver Anexo 7). Pela utilização de tal teste, as famílias que apresentaram relatos de incidência de violência no grupo A e no grupo B diferiam. Essa diferença foi verificada tanto a respeito da ocorrência de episódios de violência em casa, como a respeito da ocorrência de episódios de violência contra a criança, sendo ambas maiores para o grupo A ( $X^2 = 3,84146$ , nível de significância de 5%).

As Tabelas 6 e 7 a seguir se referem às conseqüências aplicadas pelos pais em decorrência de comportamentos inapropriados das crianças dos grupos A e B respectivamente, segundo o relato das mães. As conseqüências foram categorizadas em três classes: Conseqüência verbal, Conseqüência Física e Outros. Cada classe, por sua vez, era subdividida em diferentes sub-classes de conseqüências, com base no relato das mães.

O tipo mais freqüente de conseqüência aplicada pelo casal, segundo as mães no grupo A foi uma categoria verbal não punitiva: “Conversa/explica” sobre o acontecido (35,7% dos casos), pertencente à classe “Conseqüência Verbal”. Dentre as conseqüências classificadas como “Conseqüência Física” encontram-se duas modalidades, com maior freqüência: “Bater” (com 71,4% dos casos) seguido por “Tapa” (35,7%).

Tabela 6

Tipos de conseqüências aplicadas pelos pais aos comportamentos inadequados de seus filhos, segundo o relato das mães do Grupo A.

	Conseqüência Verbal						Conseqüência Física				Outros		Total	
	Conversa /explica	Dá conselho	Chama atenção	Repreende /dá bronca	Grita	Xinga	Ameaça	Palmada	Tapa	Bater	Bater com Objeto	Coloca de castigo		Não aplica conseq.
1				P					M			M		3
2	MP											M		2
3				P			M		M		P			4
4										M		MP*		2
5				P*					M			M		3
6					M					P				2
7		MP								M		M		3
8	MP*										M			2
9	P*								M	M	P*	M		5
10	MP							MP				MP		3
11					M	M						M	P*	3
12					M		P			P				3
13									M	P		M		3
14	MP							M		P		M		4
<u>Total</u>	9	2	-	3	3	1	2	3	5	7	3	12	1	

Notas: A letra *P* corresponde ao pai e a letra *M* a mãe da respectiva criança. O asterisco (\*) indica que o pai da família não é o pai biológico da criança participante do estudo.

É preocupante constatar que, dentre os exemplos de Conseqüências Físicas, três famílias do grupo A relataram “Bater com objetos” em suas crianças (P3, M8 e P9), vale dizer que um destes pais (P9) não é o pai biológico da criança. Por último, o tipo de conseqüência mais freqüente da categoria “Outros” foi a sub-classe “Coloca de Castigo”, relatada por 71,4% das mães. Tal sub-classe corresponde, por exemplo, tanto a proibir a criança de brincar ou proibi-la de sair de um determinado espaço físico por um período de tempo, quanto a uma conseqüência nitidamente inapropriada, como “Colocar a criança para realizar a lição de casa”, que associa as tarefas escolares à punição.

De modo geral, analisando-se o relato das mães obtêve-se em cada uma das categorias o seguinte: 9 mães e 10 pais aplicavam conseqüências verbais; 10 mães e 7 pais aplicavam conseqüências físicas; e quanto a categoria “outros”, 10 mães e 2 pais “Colocavam de castigo” suas crianças, sendo que um pai se eximia de aplicar qualquer tipo de conseqüência em seu filho frente a um comportamento inadequado.

Nesta tabela verificou-se, que o tipo de Conseqüência Verbal mais freqüente nos casais segundo o relato das mães foi “Conversa/explica” com 42,8% das famílias, juntamente com a categoria “Chama a atenção”, também com 42,8%. Ambas as categorias caracterizam-se por ser um tipo de conseqüência verbal não punitiva. Dentro das Conseqüências Físicas mais utilizadas entre as famílias, encontram-se duas categorias: “Palmada” e “Bater” ambas com 35,7%. Tal como no grupo A, três mães relataram bater com objetos em seus filhos (B1, 11 e 14). A categoria “Coloca de castigo”, foi a mais relatada na classe “Outros”, tal como no grupo A. Contudo, dentro de cada categoria do grupo B, 13 mães e 10 pais segundo o relato materno, aplicam Conseqüência Verbal, 12 mães e 4 pais aplicam Conseqüência Física e, dentro da categoria “Outros”, 5 mães e 3 pais “colocam a criança de castigo”. Da mesma forma

Tabela 7

Tipos de conseqüências aplicadas pelos pais aos comportamentos inadequados de seus filhos, segundo o relato das mães do Grupo B.

	Conseqüência Verbal							Conseqüência Física				Outros		Total
	Conversa /explica	Dá conselho	Chama atenção	Repreende /dá bronca	Grita	Xinga	Ameaça	Palmada	Tapa	Bater	Bater com Objeto	Coloca de castigo	Não aplica conseq.	
1	M P		M P							P	M			4
2			M P				M			P				3
3							M					M P*		2
4	P		M	M	M					M				5
5				M					P			M P		3
6		M	M P											2
7		M P								M				2
8	M								M	P				3
9	M		M P				M					P		4
10					M P				M					2
11	P*			M			P*				M	M		5
12	M								M			M	P	3
13				M P				M						2
14			M P					M			M	M		4
Total	7	3	11	5	3	-	1	5	4	5	3	8	1	

Notas: A letra *P* corresponde ao pai e a letra *M* a mãe da respectiva criança. O asterisco (\*) indica que o pai da família não é o pai biológico da criança participante do estudo.

que no grupo A, um pai foi identificado como não aplicando qualquer tipo de consequência ao seu filho.

Analisando-se a Tabela 6 e 7 em conjunto, verifica-se que no grupo A, houve um número menor de mães que afirmavam aplicar “Consequência Verbal” e “Física” e um número maior de mães que afirmavam aplicar a categoria “Outros”. O número de pais que aplicava, segundo as mães, “Consequência Verbal” foi o mesmo nos grupos A e B, mas no grupo A o número de pais que aplicava “Consequência Física” foi maior e o número dos que aplicavam consequências da categoria “Outros” foi menor.

Para verificar se existem diferenças entre as consequências aplicadas pelos pais aos comportamentos inadequados das crianças, de ambos os grupos, foi aplicado o Teste Não Paramétrico de Mann-Whitney. Este teste comparou se existiam diferenças entre os grupos A e B. Adicionalmente, para verificar se existem diferenças entre as consequências maternas e paternas do mesmo grupo, utilizou-se o Teste de Hipótese Não Paramétrico de Wilcoxon, sendo que para ambos testes o nível de significância foi fixado em 5%.

Na Tabela 8 a seguir pode-se observar as medidas descritivas referentes às classes de consequências aplicadas pelos pais aos comportamentos inadequados das crianças de ambos os grupos e seus resultados, segundo o relato das mães. A mesma mostra os índices apresentados em cada uma das medidas. (para maior detalhe sobre os resultados ver Tabela 1 e 2 no Anexo 8).

Na comparação entre os grupos A e B verificou-se que foram encontradas diferenças entre a “consequência verbal” aplicada pelas mães dos grupos, sendo significativamente maiores para o grupo B. As outras variáveis não apresentaram diferenças significativas.

Tabela 8

Medidas descritivas das variáveis de entrevista referentes a classes de consequência e seus resultados de testes estatísticos.

Consequências	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Grupo A				
Verbal	1.429	0.756	0	2
mãe	0.714**	0.611	0	2
pai	0.714	0.469	0	1
Física	1.286	0.825	0	3
mãe	0.786	0.579	0	2
Pai	0.5	0.519	0	1
Outros	0.929	0.73	0	2
Mãe	0.714*	0.469	0	1
Pai	0.214*	0.426	0	1
Total	3.643	1.082	2	6
Mãe	2.214*	0.699	1	3
Pai	1.429*	0.646	1	3
Grupo B				
Verbal	2.143	1.167	0	4
Mãe	1.286**	0.726	0	3
Pai	0.857	0.663	0	2
Física	1.214	0.579	0	2
mãe	0.929*	0.475	0	2
Pai	0.286*	0.469	0	1
Outros	0.643	0.842	0	2
Mãe	0.357	0.497	0	1
Pai	0.286	0.469	0	1
Total	4	1.038	3	6
mãe	2.571*	0.756	2	4
Pai	1.429*	0.646	1	3

Nota. n = 14. p < 0,05.

\* = Apresenta diferenças nas consequências aplicadas entre a mãe e o pai do mesmo grupo.

\*\* = Apresenta diferenças nas consequências aplicadas entre os grupos.

Os dados obtidos a partir da comparação das consequências aplicadas pelos pais e pelas mães mostraram que o total de consequências aplicadas pelos pais do grupo A foram consideradas diferentes, sendo significativamente maior para as mães, e mostram que o mesmo ocorreu no grupo B. Ou seja, a aplicação de consequências difere de pai

para mãe em ambos os grupos. O grupo A apresentou diferenças entre os pais para a classe de “Conseqüência Outros”, e o grupo B apresentou diferenças entre os pais para a classe de “Conseqüência Física”.

Em resumo, dentro das diferenças encontradas entre os grupos, observa-se que o grupo B apresenta um índice significativamente maior de conseqüências verbais aplicadas pelas mães. No que se refere às diferenças apresentadas entre os pais de cada grupo, encontra-se que as mães apresentam um índice significativamente maior de conseqüências do que os pais, em ambos os grupos. Portanto, os dados parecem ilustrar que as mães aplicam mais conseqüências em seus filhos do que os pais.

Cabe destacar que a freqüência das conseqüências aplicadas pelas famílias de ambos os grupos foi um dado que deve ser relativizado, pois ao serem questionadas sobre este tema, muitas mães respondiam relutantes, aparentemente minimizando os fatos, uma vez que por vezes caíam em contradição, afirmando que quase nunca castigavam as crianças (e por vezes até negando a aplicação das conseqüências), imediatamente após terem afirmado que castigavam as crianças de uma determinada forma. Cabe destacar, ainda, que a possível tensão criada pela pergunta sobre a freqüência da aplicação do castigo pode ter influenciado as respostas subseqüentes referentes ao tipo de castigo aplicado pelo pai. Por essa razão os dados sobre a freqüência das conseqüências não foram considerados.

Em ambos os grupos, 21,4% das mães (A 3, 8, 9 e B1, 11, 14) relataram o uso de objetos para castigar a criança como cinto, chinelo ou, como disse uma mãe, “o que tiver na mão”, sem aparentemente discriminar tal prática como constituinte de um exemplo de violência contra a criança. Segundo pesquisadores da área (Azevedo & Gerra, 2001; Straus, 2000) o uso de punição corporal é, muitas vezes, embasado em crenças e normas culturais presentes na rede social de familiares e amigos, que são a

principal fonte de informação e conselhos para os pais, no que tange às práticas educativas das crianças. Essas crenças e normas culturais consideram que o uso da punição corporal seja uma forma aceitável de disciplina e refletem um desconhecimento da legislação em vigor (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A Tabela 9 a seguir sistematiza os dados sobre problemas de saúde dos pais de ambos os grupos. Os dados foram obtidos com base nos relatos das mães durante as entrevistas, conjuntamente a dados de observação obtidos pela pesquisadora durante a visita domiciliar.

Segundo tal tabela verificou-se que 35,7% das mães do grupo A foram identificadas como tendo problemas de saúde, sendo que dentre tais problemas, 40% referiam-se a consumo de álcool e 40% referiam-se a depressão atual ou no passado. Foi constatado, pela pesquisadora, que duas mães do grupo A (A5 e 6), exalavam cheiro de álcool durante o contato domiciliar e durante a entrevista. Para o mesmo grupo, 42,8% dos pais foram identificados como tendo problemas de saúde. Destes, 66,6% dos problemas estavam relacionados ao abuso de álcool. Em sua totalidade 50% das mães do grupo A identificaram problemas de saúde nas famílias. Já no grupo B, 21,4% das mães identificaram problemas de saúde, sendo que destes, 66,6% referiam-se à depressão. O grupo B apresentou, na totalidade, um número menor (35,7%) de famílias com problemas de saúde em relação ao grupo A (50%).

Tabela 9

Problemas de Saúde dos pais dos grupos A e B.

	Grupo – A		Grupo – B	
	Mãe	Pai	Mãe	Pai
1	-	-	-	-
2	Depressão, crise nervosa e taquicardia.	-	-	-
3	Teve depressão, toma calmantes.	Consome álcool diariamente.	-	-
4	-	Dor no peito.	Rim e Coluna	Coluna
5	Consome álcool*.	Consome álcool diariamente.	Depressão	-
6	Consome álcool*.	Consome álcool diariamente. Pressão alta. Sofreu derrame.	-	Rins
7	-	-	-	-
8	-	-	-	Toma remédio para dormir.
9	-	Toma calmantes, tem pressão alta, problemas no joelho e tem válvula no coração	-	-
10	-	-	Pressão alta e Depressão	Diabetes
11	-	-	-	-
12	-	-	-	-
13	Cisto hemorrágico.	Usa drogas e consome álcool diariamente.	-	-
14	-	-	-	-

Nota. “\*” diz respeito a dados de observação da pesquisadora e não ao relato materno.

Há consenso na literatura de que problemas de saúde por parte da família e, dentre estes, problemas com relação ao abuso de álcool são considerados sérios estressores (Caminha, 1999; Sinclair, 1985; Webster-Stratton, 1997). Além disto, altos níveis de estresse parental podem estar associados a um maior risco de abuso físico infantil, na medida que as crenças e valores dos pais aprovarem o uso da força física como forma de intervir com a criança (Crouch e Behl, 2001). Adicionalmente, há indicações na literatura de que as conseqüências físicas e psicológicas, da violência sofrida pelas mães (como por exemplo de depressão), podem deixá-las despreparadas

para cuidar de suas crianças (Holden, Stein, Ritchie, Harris e Jouriles, 1998; McCloskey, Figueiredo e Koss; 1995). Estes autores também discutem que as crianças de lares violentos podem se mostrar perturbadas por terem menos apoio, cuidados e proteção dos pais. Mais especificamente sobre a saúde da família, Webster-Stratton (1997), em seu estudo de revisão sobre programas de intervenção com famílias de crianças pré-escolares com problemas de comportamento, diz que “mães com depressão, pais alcoolistas, e comportamento anti-social e agressivo em quaisquer dos pais implica em um fator de risco” (p.434).

Quando se leva em conta os dados apresentados na Tabela 5 a respeito dos episódios de violência familiar, pode-se constatar que em 71% das famílias do grupo A em que se identificou a ocorrência de episódios de violência no relato da mãe, existiriam, adicionalmente, problemas de saúde na família (seja no relato das mães, seja na observação da pesquisadora). Esta característica não se repetiu com as famílias do grupo B.

A Figura 1 a seguir ilustra a opinião das mães sobre o relacionamento do casal para ambos os grupos, segundo as categorias, “Ótimo”, “Bom”, “Regular” e “Ruim”. No grupo A, 50% das mães identificaram seu relacionamento como sendo “Bom”, 35,7% como sendo “Ótimo”, e 14,3% como “Ruim”. No grupo B, 78,6% identificaram o relacionamento como “Bom”, 14,3% como “Regular” e 7,1% como “Ótimo”. No grupo A não houve mães que identificaram ter um relacionamento “Regular” e no grupo B não houve mães que denominaram seu relacionamento como sendo “Ruim”.

Os dados obtidos durante a entrevista sobre o relacionamento do casal serão discutidos futuramente, após a apresentação dos dados referentes à *Escala de Táticas de Conflito* (CTS-2).

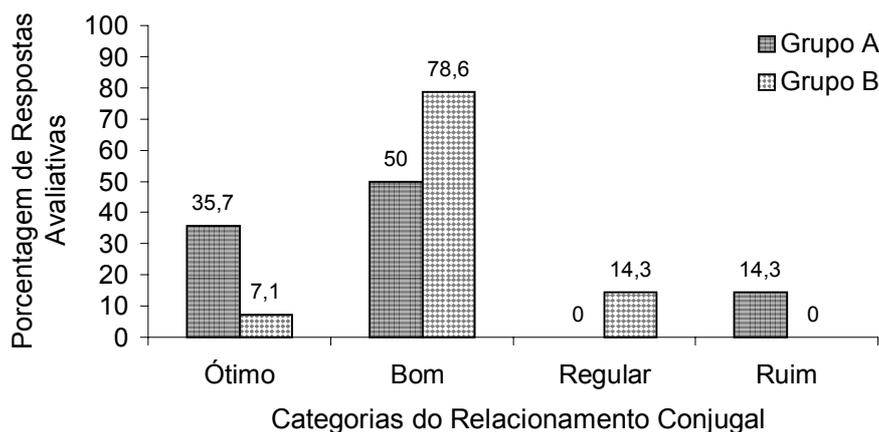


Figura 1. Porcentagem de respostas avaliativas segundo as mães sobre o relacionamento conjugal, para ambos os grupos.

Resultados obtidos na Escala sobre Táticas de Conflito (CTS-2).

A pontuação de cada um dos itens da *Escala de Táticas de Conflito – CTS-2*, respondida pelas mães de ambos os grupos (sobre os pais e sobre si mesmas) foi calculada seguindo as sugestões de Straus (1979), para cômputo de seu instrumento original (CTS). Sendo assim, atribuiu-se um valor para cada uma das categorias de resposta da seguinte maneira: os valores 0, 1 e 2, permaneceram iguais, os valores 3, 4, 5 e 6 passaram a ter os valores 4, 8, 15 e 25 respectivamente; e a categoria 7 valia 1 ponto (correspondendo a um evento que não ocorreu no ano de referência, tendo porém ocorrido anteriormente). Desta maneira, a categoria assinalada na resposta dada pela mãe, tanto em relação a seu comportamento, quanto ao comportamento do parceiro, obtinha o respectivo valor correspondente. No momento da análise do presente estudo foram retiradas, dentre os itens que compõem a escala CTS-2, duas questões<sup>3</sup>, por serem

<sup>3</sup> itens: **15-** Fiz com que meu parceiro mantivesse relação sexual comigo sem camisinha. **16-** Ele fez isso comigo. E **25-** Chamei meu parceiro de gordo, feio ou outra coisa assim. **26-** Ele fez isso comigo.

consideradas, pela pesquisadora, como não congruentes com práticas culturais da população estudada.

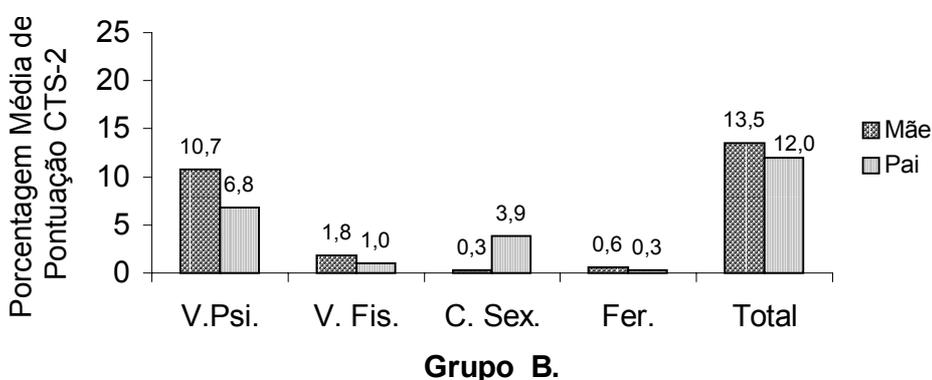
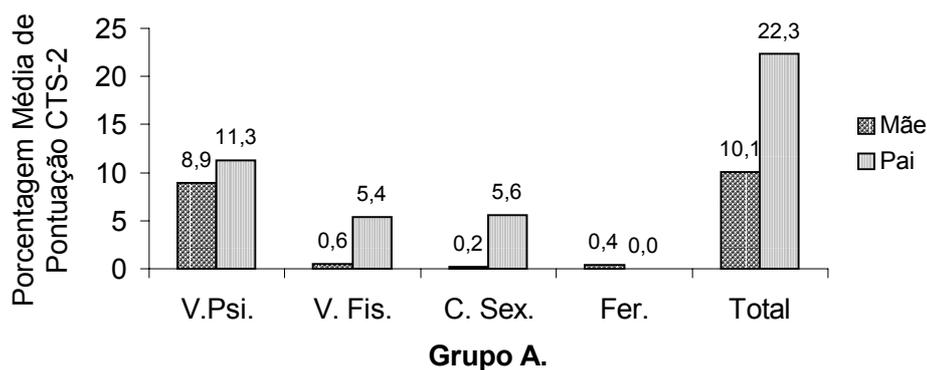
A escala CTS-2 divide-se, segundo os autores (Straus, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996) em cinco sub-escalas: negociação, violência psicológica, violência física, coerção sexual e ferimentos. Em um primeiro momento, os dados foram analisados comparando-se o desempenho assinalado pelas mães no CTS-2, somando-se todas as sub-escalas relativas à violência (portanto violência física, mais violência psicológica, mais coerção sexual, mais ferimentos), sendo o conjunto resultante denominado “total de violência” e, separadamente, o desempenho assinalado na sub-escala “negociação”. Cabe acrescentar que a última sub-escala difere dos itens de violência, uma vez que consiste em habilidades socialmente desejáveis para a resolução de conflitos.

Como o número de itens em cada sub-escala era diferente (violência física = 12; violência psicológica = 7; coerção sexual = 6; ferimentos = 6; negociação = 6) estimou-se a porcentagem de forma a torná-los comparáveis. Para isto calculou-se a totalidade máxima de pontos prevista para cada sub-escala (pontuação determinada pelos autores), comparando-se com a pontuação de cada participante.

A Figura 2 a seguir apresenta os dados relativos à porcentagem média de pontuação obtida pelas mães e pelos pais do grupo A e B, com respeito às sub-escalas referentes à violência.

Entre as sub-escalas, aquela que apresentou a maior porcentagem de pontuação em ambos os grupos foi a sub-escala relativa à “violência psicológica”, enquanto que a sub-escala que apresentou menor porcentagem, para ambos os grupos, foi a sub-escala referente a “ferimentos”.

Na Figura 2, a porcentagem média de pontuação obtida no total de violência, foi quase o dobro para os pais do grupo A do que a obtida pelos pais do grupo B. Em contraposição, as mães do grupo B obtiveram uma porcentagem média ligeiramente maior que as mães do outro grupo (Ver comentário sobre teste estatístico adiante).



Nota. V Psi.= violência psicológica; V Fis.= violência física; C Sex.= coerção sexual; Fer.= ferimentos; e Total = total de violência (soma das sub-escalas anteriores).

**Figura 2.** Porcentagem media de pontos atribuídos pelas mães de ambos os grupos aos pais e a si mesmas, nas sub-escalas do CTS-2.

A porcentagem de pontuação de itens relativos à negociação, assinalados pelas mães dos grupos A e B, são ilustrados na Figura 3 a seguir.

Em ambos os grupos, a porcentagem de pontuação obtida por cada um dos pais foi variada.

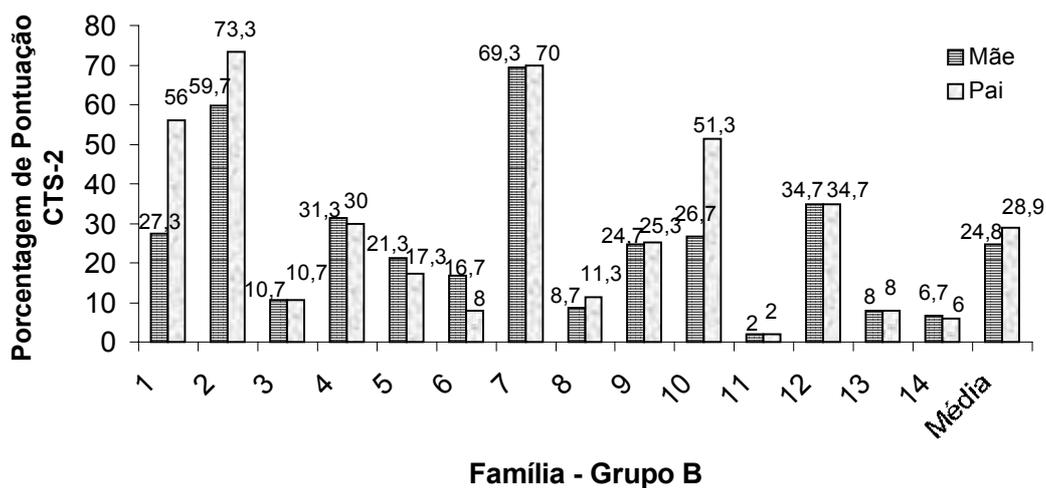
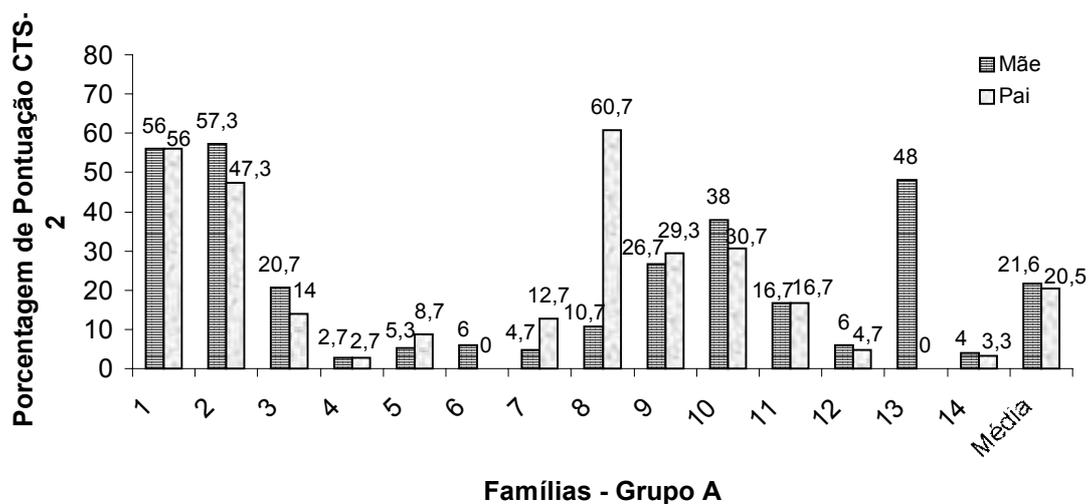


Figura 3. Porcentagem de itens relativos à sub-escala negociação assinalados pelas mães do grupo A e B, no CTS2.

Os dados obtidos na *Escala de Táticas de Conflito (CTS-2)*, a respeito das diferentes sub-escalas referentes à violência, não satisfizeram as necessidades específicas para se realizar uma análise estatística referente a todas as sub-escalas (tanto a distribuição dos dados, como a alta incidência de zero para o tamanho da amostra

dificultaram a realização da mesma), exceto para as sub-escalas de violência psicológica e negociação.

Para estas duas sub-escalas foi efetuado o Teste Não Paramétrico de Mann-Whitney, no qual se comparam os grupos A e B, com nível de significância fixado em 5%.

A Tabela 10 a seguir apresenta os resultados obtidos no teste aplicados nas sub-escalas de violência psicológica e negociação da *Escala de Táticas de Conflito* (CTS-2), de ambos os grupos.

Tabela 10.

Resultados dos testes estatísticos realizados nas sub-escalas violência psicológica e negociação (CTS-2) dos grupos A e B.

Sub-escalas	Conclusão	p-valores
Violência Psicológica		
Mãe	Iguais	0.661
Pai	Iguais	0.287
total	Iguais	0.381
Negociação		
Mãe	Iguais	0.421
Pai	Iguais	0.301
total	Iguais	0.383

Nota.  $p < 0,05$

Desta maneira, verificou-se que os grupos não apresentam diferenças tanto na sub-escala violência psicológica quanto na sub-escala negociação.

De modo geral, os dados apresentados até o momento a respeito da *Escala de Táticas de Conflito* (CTS-2) mostram que em ambos os grupos existem níveis de violência e de negociação.

Resgatando os dados apresentados na Figura 1, a respeito das avaliações feitas pelas mães sobre o relacionamento do casal, surgem ângulos interessantes devido ao fato de que 12 mães (85,7%) do grupo A avaliaram o relacionamento de uma forma positiva, como sendo ótimo ou bom, e o mesmo número de mães (12), do mesmo grupo, indicaram na escala (CTS-2) a existência de alguma forma de violência no relacionamento do casal (violência psicológica, física, coerção sexual ou ferimentos). A mesma característica se repetiu no grupo B, em uma porcentagem ligeiramente menor: 12 mães (85,7%) avaliaram seu relacionamento de forma positiva e 11 mães (78,6%), também, indicaram a existência de violência na escala (CTS-2) para o grupo B.

Os dados a respeito da avaliação do relacionamento do casal pelas mães, não coincidem com os dados referentes aos itens de violência, obtidos com a *Escala de Táticas de Conflito* (CTS-2). Isso nos leva a questionar o que as mães entendem por um “bom relacionamento” e quais os valores, normas e conceitos envolvidos a este respeito. O que cada mãe entenderia por família? Que papel teria a violência dentro desta? Quais suas crenças sociais sobre o papel da mulher, sobre os deveres e obrigações envolvidas em um relacionamento conjugal? Que estratégias elas conheceriam como forma de resolução de problemas? Como assinala Sinclair (1985), estes conceitos, dentre outras variáveis, colaboram para que mulheres que se encontram em relacionamentos violentos permaneçam nos mesmos, minimizando a violência. Tais valores e crenças sociais que permeiam o relacionamento do casal podem ter colaborado, para que as mães tenham entendido um relacionamento no qual existe violência como sendo “bom”.

Uma outra hipótese (não exclusiva) seria a própria concepção do que venha a ser violência para as mães, atribuindo possivelmente tal termo apenas a situações graves (ex. tiros, esfaqueamento) em situações de violência urbana (com bandidos) e não no âmbito doméstico.

### Intensidades da Violência.

Uma vez que as mães de ambos os grupos relataram ter experienciado violência nos dados apresentados até o momento, cabe perguntar: em que medida a violência seria igual para os dois grupos? Ela teria a mesma intensidade? Para responder a tal questionamento uma segunda análise consistiu em avaliar a intensidade da violência sofrida por cada grupo. Straus, Hamby, Boney-McCoy, e Sugarman (1996) dividem os atos violentos em duas categorias de intensidade: leve e severa. Por exemplo, dentro da sub-escala violência física, os itens 45 (que diz respeito ao comportamento da mãe) e 46 (sobre o comportamento do pai), referentes a “*segurar o parceiro com força*”, foram considerados, pelos autores, como um comportamento de intensidade *leve* de violência e os itens 21 (relativo à mãe) e 22 (ao pai), referentes a “*usar uma faca ou arma contra o parceiro*”, foram considerados um comportamento violento *severo*, e assim, sucessivamente, para todos os itens de todas as sub-escalas de violência. A sub-escala negociação não foi subdividida em níveis de intensidade (o Anexo 9 apresenta a categorização utilizada para análise).

A Tabela 11 a seguir expressa os resultados obtidos a partir desta classificação. Tal Tabela apresenta a pontuação de itens por níveis de intensidade, assinalados em cada sub-escala e os resultados obtidos dos testes estatísticos realizados.

Tabela 11.

Pontuação de itens assinalados por níveis de intensidade em cada sub-escala .

Classes e níveis de comportamento	Grupo A			Grupo B		
	Mãe	Pai	Total Grupo	Mãe	Pai	Total Grupo
<b>Violência Física</b>						
Leve	17*	118*	135*	66*	36*	102*
Severa	6*	94*	100*	11*	7*	18*
Total	23*	212*	235*	77*	43*	120*
<b>Violência Psicológica</b>						
Leve	180*	208*	388*	213*	133*	346*
Severa	39*	70*	109*	50*	33*	83*
Total	219*	278*	497*	263*	166*	429*
<b>Coerção Sexual</b>						
Leve	4	41*	45*	5	66*	71*
Severa	0	77*	77*	1	16*	17*
Total	4*	118*	122*	6*	82*	88*
<b>Ferimentos</b>						
Leve	4	0*	4*	10	3*	13*
Severa	5	0*	5*	3	4*	7*
Total	9*	0*	9*	13*	7*	20*
Total de violência	255*	608*	863*	359*	298*	657*
Negociação	454*	430*	884*	511*	606*	1117*

Nota. \* : diferenças estatisticamente significativas.  
 $p < 0,05$ .

Para comparar os grupos A e B, a respeito dos dados obtidos nas sub-escalas, por níveis de intensidade da violência, mudou-se a unidade de análise dos grupos para as famílias de cada grupo que apresentaram pontuação nas sub-escalas de violência, sendo analisados 12 famílias do grupo A e 11 famílias do grupo B. Foram efetuados Testes Qui-quadrado ( $X^2 = 3,84146$ ) sobre o total de cada sub-escala, sobre os níveis

de intensidade de violência e sobre a pontuação obtida pelo pai e mãe de cada grupo, considerando-se o nível de significância de 5%.

Em relação à sub-escala violência física, a pontuação obtida nos itens assinalados, referentes ao nível de intensidade leve, foi significativamente maior no grupo A (135) do que no grupo B (102). Entretanto, à violência severa, também foi significativamente maior no grupo A (100) do que no grupo B (18).

Na sub-escala correspondente à violência psicológica, em ambos os grupos o maior pontuação se encontrou na intensidade leve. No entanto, cabe ressaltar que o grupo A apresentou uma pontuação significativamente maior de violência psicológica leve (388) do que o grupo B (346). Adicionalmente, tal como na classe violência física, a pontuação dos itens assinalados correspondentes à intensidade de violência psicológica severa foi significativamente maior no grupo A (109) do que no grupo B (83).

Quanto à sub-escala coerção sexual, o grupo A apresentou uma pontuação significativamente menor (54), do que a pontuação obtida pelo grupo B (71) quanto ao nível de intensidade leve. Em contraste, o inverso aconteceu no nível de intensidade severa, sendo que o grupo A apresentou uma pontuação significativamente maior (77) do que a obtida pelo grupo B (17). Segundo o Teste Qui-quadrado foram considerados iguais (dentro da sub-escala coerção sexual), tanto os níveis de violência leve e severo da mãe para ambos os grupos.

Para a sub-escala relativa a ferimentos, na intensidade de violência leve, a pontuação obtida foi significativamente menor para o grupo A (4) do que para o grupo B (13). Além disto, em contraste com as demais sub-escalas, no nível de intensidade de violência severa, o grupo A teve uma pontuação significativamente menor (5) do que o grupo B (7) (Cabe assinalar a ausência de pontuação relativa aos pais do grupo A, nesta

sub-escala). Quanto a pontuação obtida pelas mães nos níveis de violência leve e severo, os resultados foram considerados iguais para ambos os grupos na aplicação do Teste Qui-quadrado. Os dados obtidos na sub-escala ferimentos são difíceis de serem interpretados, no entanto, a mesma destacou-se por apresentar um número menor de pontuação obtida pelos grupos A e B, em relação as outras sub-escalas referentes a violência.

Com respeito à sub-escala negociação, pode-se destacar que ambos os grupos apresentaram uma pontuação elevada de negociação, sendo que considerando a escala (CTS-2) como um todo, constata-se que a sub-escala negociação foi a que obteve uma maior pontuação.

Assim sendo, foi verificado por meio do teste estatístico empregado que as famílias do grupo A e as famílias do grupo B não diferem com relação a suas pontuações na sub-escala coerção sexual da mãe, nos níveis de violência leve e severa. As famílias do grupo A e B não são estatisticamente diferentes quanto à pontuação sobre a ocorrência de ferimentos da mãe, nos níveis leve e severo.

Analisando-se os dados apresentados na Tabela 11, relativos aos totais respectivos aos pais e totais gerais (dados do pai mais dados da mãe) observa-se que apresentaram pontuação significativamente maior para o grupo A na maioria dessas sub-escalas, sendo, no geral, a violência experienciada pelo grupo A significativamente mais severa do que no grupo B. (O Anexo 10 apresenta em detalhes os testes estatísticos realizados e ilustrados na Tabela 11).

A Figura 4 a seguir resume os dados obtidos nos relato das mães, durante a *Escala de Táticas de Conflito (CTS-2)*, a respeito dos níveis de intensidade de violência em cada um dos grupos.

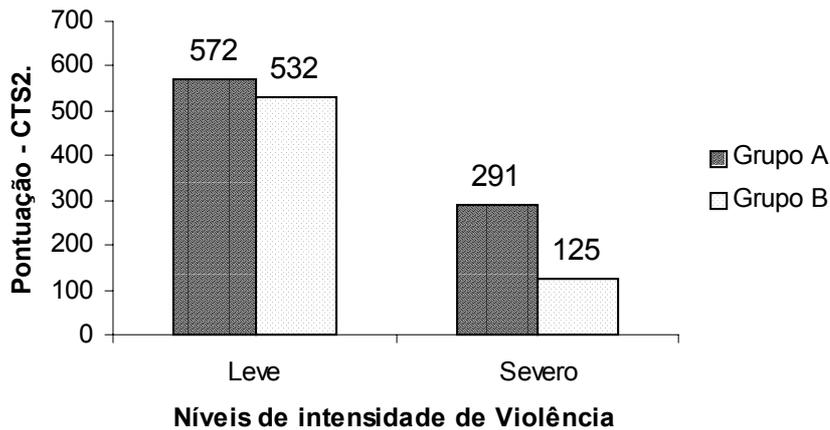


Figura 4. Pontuação total dos níveis de intensidade de violência nos grupos A e B, relatada pelas mães no CTS2.

Os resultados apresentados na figura, mostram um número maior de pontuação à violência de intensidade leve em relação ao severo, em ambos os grupos. Ainda neste nível de intensidade, ambos grupos, mostram uma proximidade na pontuação. Em contraposição, a pontuação total obtida pelo grupo A foi quase o dobro da pontuação obtida pelo grupo B com respeito ao nível de intensidade severo. Tais dados reforçam a idéia de que a violência está presente nas famílias de ambos grupos, no entanto, nas famílias do grupo A existe com mais intensidade a violência. Portanto, pode-se dizer que as crianças do grupo A (crianças agressivas) estavam mais expostas a incidentes de violência severa do que as crianças do grupo B (crianças não agressivas).

#### Considerações adicionais.

Cabe mencionar dados adicionais que surgiram na coleta de dados, seja nas escolas ou nas visitas domiciliares durante as entrevistas com as mães.

Em uma escola, a professora de uma das salas chegou a advertir a pesquisadora para tomar cuidado, já que o pai de um aluno era muito agressivo e a criança fazia

relatos freqüentes de violência em casa (A9). Numa das visitas domiciliares pôde-se constatar que a mãe da criança (A2) era altamente agressiva, já havia agredido uma vizinha, uma conselheira tutelar e uma psicóloga do Centro de Especialidades. Tal mãe encorajava o filho a se comportar de modo agressivo, ensinando-o que ao ser criticado deveria “bater” em outras crianças. A pesquisadora foi informada que, tanto nesta família, como na anterior, houve intervenção do Conselho Tutelar, por razões de violência e maus tratos contra as respectivas crianças. Convém lembrar que em outras duas famílias do mesmo grupo, a pesquisadora constatou que as mães haviam consumido álcool um pouco antes da entrevista (A5 e 6).

Dentro das características singulares que foram encontradas nas famílias, uma mãe (A7) relatou que seus filhos ficavam sozinhos o dia inteiro em decorrência do fato de que ela e o marido trabalhavam, voltando para casa só à noite. Informou, ainda, que era responsabilidade da criança em questão ir à escola, fato que algumas vezes não acontecia porque ele ficava “brincando na rua e perde a hora”. Nesta mesma família, não houve relato de violência doméstica, caso esta informação seja verdadeira hipotetiza-se que a apresentação de comportamentos agressivos pela criança possa ter sido influenciada, entre outras coisas, pela exposição a situações violentas na rua ou na comunidade (Osofsky, 1997), onde permanece longos períodos sem supervisão. Outra hipótese que pode ser levantada é da negligência, que também é um tipo de violência contra a criança que pode causar danos a seu desenvolvimento, caracterizando-se pela omissão de prover as necessidades básicas à criança.

Nota-se que todos os incidentes graves e preocupantes relatados acima são pertinentes e exclusivos do grupo A.

Cabe mencionar algumas considerações de ordem metodológica. Em relação aos instrumentos utilizados, a *Escala de Percepção por Professores dos Comportamentos*

*Agressivos de Crianças na Escola* cumpriu um papel fundamental no período de triagem da coleta de dados, sendo utilizada com relativa rapidez e velocidade pelas professoras. No entanto, pode-se argumentar que pelo fato de o instrumento ser recentemente desenvolvido, este ainda esteja em fase de escrutínio científico. Cabe sugerir para futuros estudos a utilização conjunta de outros instrumentos, para avaliar de forma múltipla o comportamento agressivo da criança, aumentando assim a riqueza dos resultados.

Quanto à *Entrevista para Levantamento de Dados sobre as Famílias*, pode-se dizer, de modo geral, que em ambos os grupos as mães se mostraram receptivas em um primeiro momento, mas, posteriormente, demonstraram estranhamento em relação a algumas questões (por exemplo, nos tópicos referentes à descrição da violência em detalhes). O roteiro de entrevista utilizado neste estudo, como já foi mencionado, é uma adaptação do roteiro de entrevista utilizado para a triagem de atendimento psicológico na Delegacia da Mulher de São Carlos. Neste espaço de acolhimento, o roteiro de entrevista, já utilizado pela pesquisadora nessas situações, tem um resultado favorável, proporcionando dados de frequência e intensidade bem específicos. As mães que participaram do estudo poderiam não se encontrar predispostas a falar sobre o tema violência doméstica, da mesma forma que as mães que procuram à Delegacia da Mulher, por esta razão cabe destacar a importância da utilização de múltiplas medidas na coleta dos dados, como foi realizado no presente estudo. De qualquer maneira, cabe considerar que o tema de pesquisa é difícil e de certa forma, não deixa de ser surpreendente o grau em que as mães se manifestaram a respeito.

Ainda em referência à *Entrevista para Levantamento de Dados sobre as Famílias*, cabe salientar que em uma das famílias do grupo A (A10) o pai se encontrava presente em alguns momentos da mesma, fato que pode ter influenciado as respostas da mãe. Já

no grupo B, dois pais se encontravam presentes em alguns momentos da entrevista (B5 e 9), havendo a mesma possibilidade.

Um aspecto que deve ser mencionado no presente estudo, é o fato, como já foi aludido anteriormente, de que algumas mães relataram a não ocorrência de violência familiar durante a entrevista, mas a Escala CTS-2 acusou a ocorrência de violência conjugal. Logo, características específicas da pesquisa ou dos próprios instrumentos, como por exemplo, a ordem da aplicação dos mesmos, a forma como estes são respondidos, o tempo de duração do contato entre a pesquisadora e a mãe, a falta de um vínculo consistente que possibilite a abertura para o tema violência, são características que podem influenciar as respostas da mãe.

Outra característica da pesquisa que deve ser assinalada, foi a falta de um registro sistemático, por parte da pesquisadora, dos encaminhamentos realizados as mães, a partir dos questionamentos e problemas apresentados por elas nas entrevistas. Independentemente deste aspecto não constituir um dos objetivos da pesquisa, tal registro poderia ser uma fonte de informações interessante para futuros estudos.

Finalmente, cabe discutir o tamanho da amostra que foi definido pelas dificuldades encontradas na triagem, pelo período de tempo determinado para coleta de dados e pelas características demográficas da cidade de São Carlos. O ideal seria que futuros estudos pudessem replicar a metodologia aqui empregada com amostras maiores.

## CONCLUSÕES

Os resultados do presente estudo, de modo geral, mostraram que as variáveis que caracterizam as famílias e as crianças participantes de ambos os grupos são iguais quanto ao número de filhos, idade e escolaridade do casal, tempo de relacionamento, número de moradores por cômodo e renda, sendo diferentes em relação aos comportamentos agressivos apresentados pelas crianças. Estes resultados eram esperados, conforme o planejamento inicial da pesquisa que contemplou uma amostra da população de baixo poder aquisitivo de uma cidade de porte médio.

Ambos os grupos apresentaram ocorrência de violência familiar nas entrevistas realizadas, porém de maneiras diferentes, sendo que o grupo A caracterizou-se por apresentar um maior número de episódios de violência em casa e violência contra a criança. Da mesma forma que nas entrevistas, os dados obtidos na escala CTS-2 indicaram a ocorrência de violência em ambos os grupos, mas com índices de violência severa, no geral, significativamente maiores no grupo A do que no grupo B. Vale assinalar, também, que os pais de ambos os grupos apresentaram problemas de saúde e com álcool, sendo que no grupo A estes problemas eram mais expressivos.

Adicionalmente os grupos apresentaram resultados em comum. Encontrou-se que as conseqüências aplicadas pelos pais aos comportamentos inadequados das crianças eram, na sua maioria, iguais em ambos os grupos, e observou-se também que tanto no grupo A como no grupo B as avaliações das mães sobre o relacionamento do casal eram, em sua maioria, positivas, não coincidindo com os dados sobre violência obtidos com a Escala de Táticas de Conflito (CTS-2).

Os resultados até aqui apresentados são semelhantes aos resultados do estudo comparativo de McCloskey, Figueredo e Koss (1995) sobre os efeitos da violência sistêmica sobre a saúde mental das crianças. Em ambos os estudos foram encontradas

taxas de violência familiar, comparando-se as famílias de risco com as famílias do grupo controle; da mesma forma os dados sobre punição corporal foram iguais em ambos os grupos. Vale acrescentar que a punição corporal é o principal fator de risco para o abuso físico (Straus, 2000). O uso da punição corporal como forma de educar ou disciplinar as crianças envolve conceitos arraigados em nossas crenças, valores e normas culturais que, no geral não são condenados pela comunidade.

No estudo de Meneghel, Giugliani e Falceto (1998) sobre as relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência, os resultados encontrados mostraram uma associação entre agressividade e punição física. No presente estudo não se obteve dados suficientes que confirmem ou refutem estes resultados, por conseguinte, seria pertinente a realização de futuros estudos sobre comportamento agressivo e violência doméstica que considerassem as duas populações participantes de ambos estudos (adolescentes e crianças).

A presença de violência em ambos os grupos pode ser possivelmente explicada por diversos fatores. As famílias participantes do estudo fazem parte de uma população imersa em uma série de fatores de risco inter-relacionados que colaboram para a ocorrência de violência doméstica. Dentre esses fatores pode-se destacar a pobreza (Barnett, 1997), os problemas de saúde, o consumo de álcool e drogas, (Webster-Stratton, 1997) o baixo nível de escolaridade e o fato de a comunidade onde as famílias se encontrarem ser desprovida de uma rede estruturada de apoio social (Koller, 1999; Pires, 1999). Este estudo encontrou 78% das famílias vivendo em condições financeiras desumanas, com uma renda *per capita* menor que um salário mínimo. Com tal renda (e todos os estressores associados a ela), como não esperar encontrar um relacionamento intrafamiliar que apresente traços violentos?

Um dado interessante a ressaltar é que a presença de violência em ambos os grupos parece não ter influenciado as respostas das mães ao serem questionadas sobre o relacionamento do casal. As respostas foram em sua maioria positivas, porém os dados obtidos na *Escala de Táticas de Conflito (CTS-2)*, nos itens relativos à violência, demonstram a ocorrência de violência. Logo, pode-se dizer que o discurso das mães a respeito da avaliação do relacionamento do casal mascara a presença de violência na família. Pode-se dizer, também, que as mães talvez não percebam, ou achem comum e natural a presença de violência no relacionamento de um casal. Conforme Sinclair (1985), muitas vezes as condições sociais, os conceitos, os valores e as normas culturais colaboram para a ocorrência de violência contra a mulher e para a manutenção destas mulheres nos relacionamentos, minimizando e justificando a presença da violência.

Deve-se ressaltar que a maioria das famílias de ambos os grupos apresentaram pontuação na sub-escala negociação da escala CTS-2. Isto quer dizer que, de modo geral, as famílias que apresentam violência também negociam, ou seja, elas apresentam habilidades socialmente desejáveis para a resolução de conflitos. A presença de níveis de negociação nas famílias participantes da pesquisa pode ser um fator importante que explicaria o não engajamento de alguns dos pais em comportamentos abusadores e negligentes. Como já observou Barnett (1997), boas habilidades interpessoais dos pais são consideradas um fator de proteção contra a ocorrência de violência doméstica. O desenvolvimento adequado destas habilidades no repertório dos pais poderia, portanto, ter impacto como meio de prevenção da violência.

Os fatores de proteção têm um papel fundamental na mediação dos efeitos da violência. Talvez a forma como as crianças respondam à ocorrência de violência, sua capacidade de resiliência (Masten, 2001), sejam uns dos fatores de proteção que pode ter mediado a não ocorrência de comportamentos agressivos pelas crianças do grupo B,

que também foram expostas à violência doméstica (Osofsky, 1997). Da mesma maneira que os fatores de proteção, o nível de exposição pode ter agido como mediador da violência a que a criança foi sujeita, uma vez a que os níveis de intensidade da violência foram diferentes em ambos os grupos. Segundo Osofsky (1997), o nível de exposição pode ter uma relação com os sintomas apresentados pelas crianças.

Em conclusão, o presente estudo responde ao questionamento inicial. Há, no geral, maior incidência e severidade de exposição à violência doméstica nas crianças do sexo masculino que apresentaram comportamento agressivo na escola, quando comparadas às crianças do mesmo sexo que não apresentam tal comportamento. Na população estudada a violência doméstica foi encontrada em ambos os grupos, mas os níveis da violência se expressaram de formas diferentes. As crianças do grupo A estão expostas a violência mais severa do que as crianças do grupo B.

Novos questionamentos surgem sobre a problemática da relação entre o comportamento agressivo de crianças na escola e violência doméstica. Tais estudos poderão trazer maiores informações sobre o tema, e assim, colaborem para a implementação de serviços de prevenção e apoio às famílias que apresentem crianças agressivas.

Na introdução do presente estudo afirmou-se que o comportamento agressivo das crianças na escola poderia ser entendido como “um pedido de ajuda” das mesmas. Na verdade, seria mais correto afirmar que uma criança agressiva é um indicador de que toda a família necessita de ajuda. Mais do que isso, uma família com uma criança agressiva é sinal de que há toda uma comunidade necessitando de ajuda. Espera-se que o presente estudo sirva de alerta para a necessidade de se desenvolver serviços de prevenção e intervenção às famílias em situação de risco.

## REFERÊNCIAS.

- Albano, A.I. (2002). Relatório de atividades estatísticas de São Carlos – indicadores sociais. Porc. Institucional 68.0102/00. Proc. Individual 38.2009/01.
- American Psychiatric Association (1994). Diagnostic and statistical manual of mental disorders (4<sup>th</sup> ed) Washington, DC: author.
- Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. (1995). Como se conceitua? Em A violência doméstica na infância e na adolescência. São Paulo: Robe Editora.
- Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. (2001). Mania de bater: A punição corporal doméstica de crianças no Brasil. São Paulo: Editora Iglu.
- Bandura, A. (1973). Theories of Aggression. In Aggression: A social learning analysis. Englewood Cliffs; NJ: Prentice Hall.
- Bandura, A. (1977). Social learning theory. Englewood Cliffs; NJ: Prentice Hall.
- Barnett, D. (1997) The effects of early intervention on maltreating parents and their children. In M.J. Guralnick, The effectiveness of early intervention.(pp. 147-167) Washington; PAULH Brookes Publishing Co.
- Basso, A.F.T.(1998) A violência denunciada na cidade de São Carlos. Monografia apresentada ao curso de graduação de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos.
- Bee, H. (1986) Desenvolvimento atípico. Em H. Bee (Org), A criança em desenvolvimento Trad. R. A. Pereira (3 ed., pp. 351-378). São Paulo: editora Harbra Ltda.
- Brancahnone, G.P. (2003). Característica do desempenho acadêmico de crianças expostas à violência conjugal. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos.
- Brasil. Congresso. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

- Caminha, R.M. (1999). A Violência e seus danos à criança e ao adolescente. Em Assembléia Legislativa, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Violência Doméstica, Rio Grande do Sul.
- Corrêa, L. C., & Williams, L. C. A. (2000). O impacto da violência conjugal sobre a saúde mental das crianças. Resumos de comunicação científicas, XXX Reunião Anual de Psicologia, Sociedade Brasileira de Psicologia, Brasília, p. 235.
- Cortez, M.B., & Williams, L.A.C. (2002) Grupo terapêutico cognitivo comportamental com homens que agredem fisicamente suas parceiras. Monografia. Universidade Federal de São Carlos.
- CRAMI – Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (2000). São José do Rio Preto. Insight: Agencia de Propaganda.
- Craig, S. E. (1992). The educational needs of children living whith violence. Phi Delta Kappan, 74, 67-71.
- Crouch, J.L., & Behl, L.E. (2001) Relationships among parental beliefs in corporal punishment, reported stress, and physical child abuse potential. Child Abuse & Neglect. 25, 413-419.
- Cubero, R., & Moreno, M.C. (1995). Relações sociais nos anos escolares: Família, escola, companheiros. Em C. Coll, J. Palacios, & A. Marchesi (Orgs.) Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva (pp. 250-260). (Tradução: Settineri, F.F.& Domingues, M.A.G.). Porto Alegre: Artes Medicas. v.1. (Trabalho original publicado em 1993)
- Cummings, E.M. (1998). Children exposed to marital conflict and violence: Conceptual and theoretical directions. In G.W. Holden, R. Geffner, & E.F.N. Jouriles (Orgs.), Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues (pp. 55-93). Washington, DC: American Psychological Association.

- D’Affonseca, M.S., & Williams, L. C. A. (no prelo) Clubinho: Intervenção psicoterapêutica com crianças vítimas de violência física intrafamiliar. Temas em Desenvolvimento.
- Fantuzzo, J.W. & Lindquist, C. U. (1989) The effects of observing conjugal violence on children: A review and analysis of research methodology. Journal of Family Violence, 4, (1), 77-94.
- Ferreira, A.B.H. (1986). Novo dicionário da língua Portuguesa. (2<sup>a</sup> ed.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Graham-Bermann, S. A. (1998). The impact of woman abuse on children’s social development: Research and theoretical perspectives. In G.W. Holden, R. Geffner, & E.F.N. Jouriles (Orgs.), Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues (pp. 21-54). Washington, DC: American Psychological Association.
- Holden, G. W., Geffner, R., & Jouriles, E.N. (1998) Appraisal and outlook. In G.W. Holden, R. Geffner, & E.F.N. Jouriles (Orgs.), Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues (pp. 409-421). Washington, DC: American Psychological Association.
- Holden, G.W., & Ritchie, K.L. (1991). Linking extreme marital discord, child rearing, and child behavior problems: Evidence from battered women. Child Development, 62, 311-327.
- Holden, G. W., Stein, J.D., Ritchie, K.L., Harris, S.D., & Jouriles, E.N. (1998) Parenting behaviors and beliefs of battered women. In G.W. Holden, R. Geffner, & E.F.N. Jouriles (Orgs.), Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues (pp. 289-334). Washington, DC: American Psychological Association.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1999) Resolução de conflitos domésticos e violência intrafamiliar nos bairros da Tijuca e do Maracanã. Relatório de Pesquisa n° 4, Rio de Janeiro: CDDI/IBGE.

- Jaffe, P.G., Wolfe, D.A., & Wilson, S.K. (1990). Children of battered women. (Developmental clinical psychiatry, 21). Newbury Park: Sage Publications.
- Koller, S.H. (1999). Violência Doméstica: Uma visão ecológica. Em Assembléia Legislativa, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Violência Doméstica, Rio Grande do Sul.
- Lisboa, C.S.M., & Koller, S.H. (2001) Escala de percepção por professores dos comportamentos agressivos de crianças na escola. Psicologia em Estudo. 6. (1). 59–69.
- Manion, I.G., & Wilson, S.K. (1995) An examination of the association between histories of maltreatment and adolescent risk behaviours. National Clearinghouse of Family Violence: Ontario, Canada.
- Marturano, E.M., Linhares, M.B.M., & Parreira, V.L.C. (1993) Problemas emocionais e comportamentais associados a dificuldades na aprendizagem escolar. Medicina Ribeirão Preto. 26. (2). 161-175.
- Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. American Psychologist, 56(3), 227-238.
- McCloskey, L.A., Figueredo, A.J. & Koss, M.P. (1995). The effects of systemic family violence on children's mental health. Child Development, 66,1239-1261.
- Meneghel, S.N., Giugliani, E.J., & Falceto, O. (1998) Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. Cadernos de saúde pública,14, (2). 327-335.
- Moore, T.E., & Pepler, D.J. (1998). Correlates of adjustment in children at risk. In G.W. Holden, R. Geffner, & E.F.N. Jouriles (Orgs.), Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues (pp. 157-183). Washington, DC: American Psychological Association.
- ONU/UNDP. (1997) Human development report 1997; Human development eradicate poverty [On-line] United Nations Developments Program. Web site.

[www.unpd.org/reports/global/1997/en](http://www.unpd.org/reports/global/1997/en)

- Osofsky, J.D. (1997). Children in a violent society. New York. Guilford Press.
- Osofsky, J.D. (1995) The effects of exposure to violence on young children. American Psychologist, 50 (9), 782-788.
- Patterson G. R., Reid, J.B., & Dishion, J.T. (1992) Antisocial boys: A social interactional approach. Eugene, Oregon: Castalia Publishing Company.
- Parke, R.D., & Sawin, D.B. (1977). Agressão: Causas e controles. (Tradução: Epstein, M.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Pires, J.M.A. (1999). Violência na infância - aspectos clínicos. Em Assembléia Legislativa, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Violência Doméstica, Rio Grande do Sul.
- Prefeitura Municipal DECRETO Nº 106 (2001) Regulamenta a Lei Municipal Nº 11.353 do 9 de outubro de 1997. Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, São Carlos. SP.
- Salomon, Z. (2002). Situação da criança e do adolescente em Israel: Crescendo em ambientes violentos: Vulnerabilidade e resiliência. In M. F. Westphal (Org.), Violência e Criança. (pp. 73-91). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, G.E. (2001). Intervenção com famílias portadoras de necessidades especiais: O caso de pais agressores. Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos.
- Sidman, M. (1995). Coerção e suas implicações. (Tradução: Maria Amália Andery). Editora Psy, Campinas. (Trabalho original publicado em 1989).
- Sinclair, D. (1985). Understanding wife assault. Toronto: Publications Ontario.
- Straus, M.A. (1979). Measuring intrafamily conflict and violence: The conflict tactics scale Journal of Marriage and the Family, 41, 75-88.
- Straus, M.A. (2000). Corporal punishment and prevention of physical abuse. Child Abuse

& Neglect, 124, 1109-1114.

Straus, M.A., Hamby, S.H., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D.B. (1996). The revised conflict tactics scales (CTS-2). Journal of Family Issues, 17 (3), 283-316.

Wagner, T.M.C. & Biaggio, A.M.B. (1996). Relações entre o comportamento agressivo dos pré-escolares e exposição da raiva de seus pais. Estudos de Psicologia, 13, 2, 56-68

Webster-Stratton, C. (1997). Early intervention for families of preschool children with conduct problems. In M.J. Guralnick, The effectiveness of early intervention.(pp. 429-453) Washington; PAULH Brookes Publishing Co.

Wildin, S.R., Williamson, W.D., & Wilson, G.S. (1991). Children of battered women: Developmental and learning profiles. Clinical Pediatrics, 30 (5), 299-304.

Williams, L. C. A. (1998). Entrevista com vítimas de violência doméstica. Material não publicado utilizado no estágio “Intervenção de vitimas de violência”, Universidade Federal de São Carlos.

Williams, L. C. A. (2002). Abuso sexual infantil. In: H. J. Guilhardi, M. B. B. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz. (Orgs.), Sobre comportamento e cognição: Contribuições para a construção da teoria do comportamento.(pp. 155-164) Santo André – SP: ESETec Editores Associados.

Wolfe, D.A., Jaffe, P., Wilson, S.K., & Zak, L. (1985). Children of battered women: The relation of children behavior to family violence and maternal stress. Journal of Consulting and Clinical Psychology, 53 (5), 657-665.